

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS

2T2023

CEMIG

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	14
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	15
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	16
9. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	18
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	19
11. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	19
12. ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	20
13. ATIVOS DE CONTRATO.....	24
14. INVESTIMENTOS.....	26
15. IMOBILIZADO.....	31
16. INTANGÍVEIS.....	32
17. ARRENDAMENTOS.....	33
18. FORNECEDORES.....	34
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	34
20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES.....	35
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	38
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	39
23. PROVISÕES.....	41
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	50
25. RECEITAS.....	51
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	54
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	56
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	57
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	60
30. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	68
31. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	69
32. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI.....	72
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	73
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES.....	84
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	90

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.182.819	1.440.661	285.518	190.483
Títulos e valores mobiliários	5	1.542.983	1.744.546	108.919	100.292
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	6	4.688.726	4.769.431	361.154	305.464
Ativos financeiros e setoriais da concessão	12	777.231	1.055.378	-	-
Ativos de contrato	13	786.793	728.404	-	-
Tributos compensáveis	7	1.163.202	1.916.701	20.258	1.087
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	835.924	775.492	36.071	-
Dividendos a receber	28	74.121	145.908	1.460.016	1.975.639
Contribuição de iluminação pública		232.578	207.280	-	-
Reembolso subsídios tarifários	11	124.343	96.947	-	-
Outros ativos		769.286	584.455	11.542	27.342
		13.178.006	13.465.203	2.283.478	2.600.307
Ativos classificados como mantidos para venda	31	362.423	-	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		13.540.429	13.465.203	2.283.478	2.600.307
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	5	138.802	133.631	364	376
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	6	46.665	43.449	3.068	-
Tributos compensáveis	7	1.213.329	1.357.846	535.081	523.371
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	148.505	172.718	64.377	95.750
Impostos de renda e contribuição social diferidos	8c	2.982.457	3.119.522	975.962	995.149
Dividendos a receber	28	-	-	679.794	679.794
Depósitos vinculados a litígios	10	1.214.964	1.206.595	310.958	310.325
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	29b	339.382	702.734	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	9	13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros e setoriais da concessão	12	5.444.226	4.937.187	-	-
Ativos de contrato	13	6.947.683	5.976.420	-	-
Investimentos	14	4.821.254	5.105.724	21.722.747	19.637.444
Imobilizado	15	2.608.064	2.409.351	1.228	1.240
Intangível	16	14.620.636	14.621.853	315	547
Direito de uso	17a	386.156	329.077	2.104	2.151
Outros ativos		77.146	76.161	66.354	78.718
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		41.002.635	40.205.634	24.375.718	22.338.231
TOTAL DO ATIVO		54.543.064	53.670.837	26.659.196	24.938.538

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	18	2.492.971	2.832.049	212.944	152.356
Encargos regulatórios	21	540.623	510.247	-	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		80.311	105.207	7.779	13.590
Impostos, taxas e contribuições	19	884.370	884.946	98.863	139.603
Imposto de renda e contribuição social	8b	111.667	239.674	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.722.915	1.862.798	1.721.078	1.860.681
Empréstimos e debêntures	20	951.750	955.497	-	-
Salários e contribuições sociais		233.218	260.015	12.723	13.823
Contribuição de iluminação pública		372.093	312.475	-	-
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		510.559	455.273	-	-
Obrigações Pós-emprego	22	408.023	388.447	30.093	29.166
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	19	1.164.003	1.154.798	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	29b	105.020	90.526	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	29b	-	672.416	-	-
Passivo de arrendamento	17b	75.495	57.438	301	301
Outros passivos		474.624	423.372	8.363	22.332
TOTAL DO CIRCULANTE		10.127.642	11.205.178	2.092.144	2.231.852
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	21	46.129	65.360	4.624	4.624
Empréstimos e debêntures	20	10.879.296	9.624.001	-	-
Impostos, taxas e contribuições	19	369.686	370.168	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	975.392	932.235	-	-
Provisões	23	2.111.240	2.029.021	289.383	279.141
Obrigações Pós-emprego	22	5.249.788	5.303.538	659.911	641.375
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	19	607.684	1.808.074	-	-
Passivo de arrendamento	17b	340.578	297.195	2.115	2.125
Outros passivos		220.994	252.801	1.969	2.065
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		20.800.787	20.682.393	958.002	929.330
TOTAL DO PASSIVO		30.928.429	31.887.571	3.050.146	3.161.182
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	24				
Capital social		11.006.853	11.006.853	11.006.853	11.006.853
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		10.394.823	10.394.823	10.394.823	10.394.823
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.833.851)	(1.874.041)	(1.833.851)	(1.874.041)
Lucros acumulados		1.791.504	-	1.791.504	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		23.609.050	21.777.356	23.609.050	21.777.356
Participação de acionista não-controlador		5.585	5.910	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.614.635	21.783.266	23.609.050	21.777.356
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.543.064	53.670.837	26.659.196	24.938.538

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
RECEITA LÍQUIDA	25	17.466.454	16.060.828	1.536.514	714.848
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custos com energia elétrica e gás	26a	(9.504.736)	(9.233.889)	(959.234)	(511.958)
Custos de construção de infraestrutura	26b	(1.667.521)	(1.262.422)	-	-
Custos de operação	26c	(2.189.995)	(3.312.543)	-	-
		(13.362.252)	(13.808.854)	(959.234)	(511.958)
LUCRO BRUTO		4.104.202	2.251.974	577.280	202.890
DESPESAS OPERACIONAIS	26c				
Perdas de créditos esperadas		(29.192)	(133.458)	(134)	-
Despesas gerais e administrativas		(327.843)	(358.389)	(22.519)	(19.684)
Outras despesas operacionais, líquidas		(534.513)	(582.445)	(61.137)	(52.168)
		(891.548)	(1.074.292)	(83.790)	(71.852)
Resultado de equivalência patrimonial	14	222.322	520.896	2.238.283	1.291.633
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		3.434.976	1.698.578	2.731.773	1.422.671
Receitas financeiras	27	825.136	917.511	3.685	31.190
Despesas financeiras	27	(891.240)	(1.474.297)	(2.498)	(4.788)
		(66.104)	(556.786)	1.187	26.402
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.368.872	1.141.792	2.732.960	1.449.073
Imposto de renda e contribuição social	8d	(563.031)	(370.689)	(73.044)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8d	(162.253)	734.344	(17.695)	55.636
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.643.588	1.505.447	2.642.221	1.504.709
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		2.642.221	1.504.709	2.642.221	1.504.709
Participação de acionistas não controladores		1.367	738	-	-
		2.643.588	1.505.447	2.642.221	1.504.709
Lucro básico e diluído por ação preferencial	24	1,20	0,68		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	24	1,20	0,68		

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
RECEITA LÍQUIDA	25	8.819.517	8.213.380	807.322	428.293
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custos com energia elétrica e gás	26a	(4.745.685)	(4.698.194)	(498.227)	(273.796)
Custos de construção de infraestrutura	26b	(964.240)	(771.160)	-	-
Custos de operação	26c	(1.090.219)	(2.388.293)	-	-
		(6.800.144)	(7.857.647)	(498.227)	(273.796)
LUCRO BRUTO		2.019.373	355.733	309.095	154.497
DESPESAS OPERACIONAIS	26c				
Perdas de créditos esperadas		(21.266)	(90.366)	(134)	-
Despesas gerais e administrativas		(169.172)	(202.641)	(10.407)	(8.841)
Outras despesas operacionais, líquidas		(322.545)	(333.520)	(32.970)	(19.587)
		(512.983)	(626.527)	(43.511)	(28.428)
Resultado de equivalência patrimonial	14	69.281	336.468	1.026.287	(112.484)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		1.575.671	65.674	1.291.871	13.585
Receitas financeiras	27	512.131	362.931	7.234	15.781
Despesas financeiras	27	(472.321)	(1.233.880)	(1.930)	(2.593)
		39.810	(870.949)	5.304	13.188
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.615.481	(805.275)	1.297.175	26.773
Imposto de renda e contribuição social	8d	(163.698)	203.225	(41.652)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8d	(206.401)	651.926	(10.840)	22.747
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.245.382	49.876	1.244.683	49.520
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		1.244.683	49.520	1.244.683	49.520
Participação de acionistas não controladores		699	356	-	-
		1.245.382	49.876	1.244.683	49.520
Lucro básico e diluído por ação preferencial	24	0,57	0,02		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	24	0,57	0,02		

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.643.588	1.505.447	2.642.221	1.504.709
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	61.208	-	4.387	-
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (Nota 8c)	(20.811)	-	(1.491)	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	37.501	-
Outros resultados abrangentes	-	393	-	393
	40.397	393	40.397	393
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	2.683.985	1.505.840	2.682.618	1.505.102
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	2.682.618	1.505.102	2.682.618	1.505.102
Participação de acionista não-controlador	1.367	738	-	-
	2.683.985	1.505.840	2.682.618	1.505.102

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.245.382	49.876	1.244.683	49.520
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	1.245.382	49.876	1.244.683	49.520
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	1.244.683	49.520	1.244.683	49.520
Participação de acionista não-controlador	699	356	-	-
	1.245.382	49.876	1.244.683	49.520

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11.006.853	2.249.721	10.394.823	(1.874.041)	-	21.777.356	5.910	21.783.266
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.642.221	2.642.221	1.367	2.643.588
Outros resultados abrangentes	-	-	-	40.397	-	40.397	-	40.397
Realização do custo atribuído	-	-	-	(207)	207	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(850.924)	(850.924)	-	(850.924)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(1.692)	(1.692)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	11.006.853	2.249.721	10.394.823	(1.833.851)	1.791.504	23.609.050	5.585	23.614.635

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	8.466.810	2.249.721	10.948.094	(2.208.214)	-	19.456.411	5.354	19.461.765
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.504.709	1.504.709	738	1.505.447
Aumento de capital	2.540.043	-	(2.540.043)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	393	-	393	-	393
Realização do custo atribuído	-	-	-	(6.758)	6.758	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(598.000)	(598.000)	-	(598.000)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(1.222)	(1.222)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	11.006.853	2.249.721	8.408.051	(2.214.579)	913.467	20.363.513	4.870	20.368.383

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		2.643.588	1.505.447	2.642.221	1.504.709
AJUSTES:					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	8	162.253	(734.344)	17.695	(55.636)
Depreciação e amortização	26	607.698	571.929	321	732
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível		94.132	192.687	-	-
Ajuste de ativos em curso		(15.582)	(7.053)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial		(222.322)	(520.896)	(2.238.283)	(1.291.633)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão		(671.817)	(771.515)	-	-
Juros e variações monetárias	27	446.995	823.750	(28.434)	(12.758)
Variação cambial de empréstimos	27	(301.310)	(342.500)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização		(1.257.507)	(935.491)	-	-
Ganho na alienação de investimento	14	(30.487)	-	-	-
Amortização de custos de transação de empréstimos	20	6.198	3.210	-	-
Provisões operacionais e perdas estimadas		265.256	1.673.697	22.976	15.730
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções	29	162.735	402.027	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	12	143.809	972.040	-	-
Obrigações pós-emprego	22	275.310	335.038	36.773	38.704
Outros		2.485	(13.353)	-	-
		2.311.434	3.154.673	453.269	199.848
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia	6	48.297	(104.043)	(58.892)	(29.944)
Tributos compensáveis	7	359.080	514.199	(11.133)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	(7.958)	259.108	53.399	162.240
Depósitos vinculados a litígios	10	29.407	(30.521)	8.193	2.294
Dividendos recebidos		204.368	181.747	1.557.781	459.160
Ativos de contrato e financeiros da concessão	12	428.264	475.881	-	-
Outros		(157.581)	48.538	28.165	(59.104)
		903.877	1.344.909	1.577.513	534.646
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	18	(339.078)	(297.763)	60.588	45.715
Impostos, taxas e contribuições	19	126.434	105.552	(81.224)	(21.943)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	8	435.024	397.869	73.044	-
Salários e contribuições sociais		(26.797)	38.782	(1.100)	1.089
Encargos regulatórios	21	11.145	(206.941)	-	-
Obrigações pós-emprego	22	(248.276)	(228.927)	(12.923)	(12.011)
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	19	149.208	(83.114)	-	-
Outros		5.609	(121.158)	(32.476)	(14.289)
		113.269	(395.700)	5.909	(1.439)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		3.328.580	4.103.882	2.036.691	733.055
Juros sobre empréstimos e debêntures pagos	20	(476.435)	(475.481)	-	-
Juros sobre arrendamentos pagos	17	1.582	(1.147)	(6)	(5)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(290.606)	(587.594)	(33.979)	(13)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	29	172.668	(35.505)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.735.789	3.004.155	2.002.706	733.037
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários	5	196.392	153.206	(8.615)	358.251
Fundos vinculados		-	5.366	-	2
Em investimentos					
Aquisição de participação societária e aporte em investidas		(6.300)	(282)	(948.839)	(17.268)
Alienação de participação societária, líquido dos custos		30.487	6.644	-	-
Liquidação opção de venda		(780.348)	-	-	-
Em imobilizado	15	(338.980)	(46.977)	(3)	-
Em intangível	16	(61.873)	(27.270)	(31)	(30)
Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás	13	(1.509.774)	(1.094.157)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.470.396)	(1.003.470)	(957.488)	340.955
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos obtidos	20	1.988.311	987.575	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(912.093)	(935.676)	(950.028)	(1.037.392)
Pagamentos de empréstimos	20	(564.339)	(973.089)	-	-
Arrendamentos pagos	17	(35.114)	(36.922)	(155)	(143)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		476.765	(958.112)	(950.183)	(1.037.535)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1.440.661	825.208	190.483	26.692
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	2.182.819	1.867.781	285.518	63.149

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
RECEITAS				
Venda de energia, gás e serviços	21.276.395	21.602.130	1.779.376	827.649
Receita de construção de distribuição	1.592.270	1.136.536	-	-
Receita de construção de transmissão	109.205	169.268	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	284.739	396.508	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	77.575	38.762	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	274.573	41.366	-	-
Perdas de créditos esperadas	(29.192)	(129.615)	(134)	211
	23.585.565	23.254.955	1.779.242	827.860
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(7.487.031)	(7.101.331)	(1.057.007)	(564.141)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.566.181)	(1.588.818)	-	-
Serviços de terceiros	(1.756.264)	(1.200.611)	(7.479)	(9.278)
Gás comprado para revenda	(1.507.613)	(1.594.723)	-	-
Materiais	(981.013)	(827.180)	(13)	(32)
Outros custos operacionais	(551.158)	(1.821.721)	(24.084)	(12.314)
	(13.849.260)	(14.134.384)	(1.088.583)	(585.765)
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.736.305	9.120.571	690.659	242.095
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(605.929)	(571.929)	(321)	(733)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	9.130.376	8.548.642	690.338	241.362
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	222.322	520.896	2.238.283	1.291.633
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	229.603	292.863	-	-
Receita de indenização da geração	45.945	-	-	-
Receitas financeiras	916.999	965.081	3.685	31.190
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	10.545.245	10.327.482	2.932.306	1.564.185
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	965.526	1.018.811	47.887	45.992
Remuneração direta	584.175	544.032	7.885	5.285
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	346.920	393.275	38.807	39.568
FGTS	34.260	32.708	1.195	1.139
Programa de desligamento voluntário programado	171	48.796	-	-
Impostos, taxas e contribuições	6.012.092	6.303.698	239.685	8.668
Federais	3.939.623	2.846.309	143.014	(31.683)
Estaduais	2.065.280	3.450.919	96.509	40.136
Municipais	7.189	6.470	162	215
Remuneração de capitais de terceiros	924.039	1.499.526	2.513	4.816
Juros	916.207	1.490.547	2.498	4.788
Aluguéis	7.832	8.979	15	28
Remuneração de capitais próprios	2.643.588	1.505.447	2.642.221	1.504.709
Juros sobre capital próprio	850.924	598.000	850.924	598.000
Lucros retidos	1.791.297	906.709	1.791.297	906.709
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	1.367	738	-	-
	10.545.245	10.327.482	2.932.306	1.564.185

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) e nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (“NYSE”) e Madri (“LATIBEX”).

A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua na comercialização de energia elétrica e como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, prestação de serviços de geração distribuída e soluções de eficiência energética, com vistas à respectiva exploração econômica.

b) Leilão de Transmissão nº 2/2022

A Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”) sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Cemig GT foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig GT na investida Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

c) Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Cemig GT, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão para suas usinas que irão vencer em 2026 e 2027, protocolou manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho conforme Decreto 9.271/2018 e, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física conforme Lei 12.783/2013.

A Cemig GT reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação do Contrato de Concessão nº 01/2024, por até 30 anos, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

Adicionalmente, nas correspondências encaminhadas ao MME e à Aneel, em julho de 2023, a Cemig GT reafirmou o seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Emborcação e Nova Ponte (Contrato de Concessão nº 07/1997).

A Cemig GT salienta que essa manifestação possui caráter não vinculante, tendo como objetivo assegurar seu direito em eventual prorrogação do Contrato de Concessão nº 01/2004 e reafirmar o mesmo interesse no Contrato de Concessão nº 07/1997. Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela ANEEL de todas as condições para a prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Cemig GT.

A Cemig GT esclarece ainda que essa manifestação de interesse não suspenderá a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões vincendas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* nº 34, *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Exceto pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1º de janeiro de 2023, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2023.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 3 de agosto de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2 Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2022	30/06/2023	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios de consolidação
5	30	Segmentos operacionais
6	4	Caixa e equivalentes de caixa
7	5	Títulos e valores mobiliários
8	6	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	7	Tributos compensáveis
10	8	Imposto de renda e contribuição social
11	11	Contas a receber do Estado de Minas Gerais
12	10	Depósitos vinculados a litígios
13	11	Reembolso de subsídios tarifários
14	12	Ativos e passivos financeiros da concessão
15	13	Ativos de contrato
16	14	Investimentos
17	15	Imobilizado
18	16	Intangíveis
19	17	Arrendamentos
20	18	Fornecedores
21	19	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores
22	20	Empréstimos e debêntures
23	21	Encargos regulatórios
24	22	Obrigações pós-emprego
25	23	Provisões
26	24	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
27	25	Receitas
28	26	Custos e despesas operacionais
29	27	Receitas e despesas financeiras
30	28	Transações com partes relacionadas
31	29	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
32	31	Ativos classificados como mantidos para venda
35	32	Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI
36	-	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias, são as seguintes:

Número	Título das notas explicativas
4	Das concessões e autorizações
33	Seguros
34	Obrigações contratuais

2.3 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações do CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o lucro e a aplicação do CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

2.4 Reagrupamento das Demonstrações dos Resultados (DRE)

A partir do terceiro trimestre de 2022, a Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Tais reclassificações não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao período findo em 30 de junho de 2022 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais reclassificações foram considerados imateriais pela Companhia.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As participações diretas da Companhia, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	30/06/2023 e 31/12/2022	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição S.A.	Consolidação	100,00
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Consolidação	99,57
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. ("Cemig Sim")	Consolidação	100,00
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Consolidação	100,00

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Contas bancárias	50.758	95.486	4.334	3.495
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	1.634.494	1.049.244	235.801	170.185
Aplicações automáticas - Overnight (2)	497.567	293.688	45.383	16.803
Outros	-	2.243	-	-
	2.132.061	1.345.175	281.184	186.988
Total	2.182.819	1.440.661	285.518	190.483

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip que variam entre 50% a 112% do CDI em 30 de junho de 2023 (80,05% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 13,38% a 13,64% a.a. em 30 de junho de 2023 (13,62% a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	418.815	191.338	5.994	10.947
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	811.725	1.139.525	74.038	65.197
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	298.347	401.659	27.212	22.981
Outros	14.096	12.024	1.675	1.167
	1.542.983	1.744.546	108.919	100.292
Não circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	130.702	127.052	-	-
Debêntures (4)	3.988	6.579	364	376
Outros	4.112	-	-	-
	138.802	133.631	364	376
Total	1.681.785	1.878.177	109.283	100.668

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variou entre 103% e 104,3% do CDI em 30 de junho de 2023 (entre 103% e 104,4% em 31 de dezembro de 2022), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% a 109,89% do CDI em 30 de junho de 2023 (103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 13,67% a 13,87% a.a. em 30 de junho de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

As classificações destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	30/06/2023	31/12/2022
Fornecimento de energia e gás faturado	1.505.534	620.452	491.521	830.726	3.448.233	3.240.333
Fornecimento de energia e gás não faturado	1.190.570	-	-	-	1.190.570	1.243.735
Suprimento a outras concessionárias	35.302	35.535	9.665	97	80.599	67.445
Suprimento a outras concessionárias não faturado	290.106	-	-	-	290.106	368.970
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	8.085	17.539	-	7.876	33.500	162.104
Concessionários – transporte de energia faturado	67.764	31.838	9.824	81.107	190.533	180.356
Concessionários – transporte de energia não faturado	364.470	-	-	-	364.470	370.261
(-) Perdas de créditos esperadas	(136.017)	(51.326)	(103.730)	(571.547)	(862.620)	(820.324)
	3.325.814	654.038	407.280	348.259	4.735.391	4.812.880
Ativo circulante					4.688.726	4.769.431
Ativo não circulante					46.665	43.449

	Controladora					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	30/06/2023	31/12/2022
Fornecimento de energia faturado	30.389	7.598	6.387	23.003	67.377	43.877
Fornecimento de energia não faturado	313.933	-	-	-	313.933	271.709
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	10	6.033	-	-	6.043	12.881
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	(128)	(23.003)	(23.131)	(23.003)
	344.332	13.631	6.259	-	364.222	305.464
Ativo circulante					361.154	305.464
Ativo não circulante					3.068	-

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

As perdas de créditos esperadas são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	30/06/2023	31/12/2022
Residencial	315.621	272.406
Industrial	158.803	168.215
Comércio, serviços e outras	216.925	202.739
Rural	36.076	32.741
Poder público	29.717	27.567
Iluminação pública	1.223	833
Serviço público	31.479	32.580
Encargos de uso de rede - TUSD	72.776	83.243
	862.620	820.324

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no período é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	820.324
Constituições líquidas (nota 26)	29.192
Reversão de baixa	13.104
Saldo em 30 de junho de 2023	862.620

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS a recuperar	445.942	449.054	1.921	12
PIS/Pasep (a)	108.769	257.680	3.098	24
Cofins (a)	588.332	1.189.190	14.309	121
Outros	20.159	20.777	930	930
	1.163.202	1.916.701	20.258	1.087
Não Circulante				
ICMS a recuperar	634.985	547.156	-	-
PIS/Pasep (a)	125.216	166.193	117.501	114.944
Cofins (a)	453.128	644.497	417.580	408.427
	1.213.329	1.357.846	535.081	523.371
Total	2.376.531	3.274.547	555.339	524.458

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia possui registrado, em 30 de junho de 2023, o montante de R\$697.101 no ativo circulante e R\$578.345 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No período de janeiro a junho de 2023, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$837.924 (R\$823.148 no mesmo período de 2022).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Imposto de renda	717.102	707.263	101.676	97.568
Contribuição social	267.327	240.947	(1.228)	(1.818)
	984.429	948.210	100.448	95.750
Circulante	835.924	775.492	36.071	-
Não circulante	148.505	172.718	64.377	95.750

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, que foram superiores ao valor de IRPJ/CSLL apurados ao final do ano calendário pela Companhia.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda	80.448	197.619
Contribuição social	31.219	42.055
	111.667	239.674

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota explicativa nº 23.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	1.254.942	986.659	735.772	767.103
Provisões para contingências	626.104	602.084	98.261	94.790
Provisão para perda em investimentos	56.670	56.398	-	-
Provisão PUT SAAG	-	228.621	-	-
Provisões operacionais (1)	168.043	598.380	588	588
Provisões PLR	23.662	29.824	1.226	2.118
Obrigações pós-emprego	1.866.324	1.852.232	231.655	223.779
Perdas de créditos esperadas	337.754	318.982	8.449	8.405
Concessão onerosa	11.857	11.579	-	-
Outros	64.971	24.928	106	93
Total	4.410.327	4.709.687	1.076.057	1.096.876
Passivos fiscais diferidos				
Custo atribuído	(156.873)	(155.882)	-	-
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(448.533)	(456.418)	(100.095)	(101.727)
Encargos financeiros capitalizados	(173.775)	(169.801)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(11.508)	(9.262)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(299.358)	(263.041)	-	-
Atualização ativo de contrato	(957.202)	(940.026)	-	-
Ajuste a valor justo instrumentos financeiros derivativos - Perda	(81.144)	(209.599)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(8.820)	(7.950)	-	-
Ressarcimento custos GSF	(251.451)	(274.036)	-	-
Outros	(14.598)	(36.385)	-	-
Total	(2.403.262)	(2.522.400)	(100.095)	(101.727)
Total Líquido	2.007.065	2.187.287	975.962	995.149
Total do Ativo	2.982.457	3.119.522	975.962	995.149
Total do Passivo	(975.392)	(932.235)	-	-

- (1) Em 2022 houve o registro de provisão em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa no Reajuste Tarifário Anual de 2022 e 2023.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.187.287	995.149
Efeitos alocados ao resultado	(162.253)	(17.695)
Efeitos alocados ao resultado abrangente	(20.811)	(1.491)
Outros	2.842	(1)
Saldo em 30 de junho de 2023	2.007.065	975.962

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Resultado das operações antes do imposto de renda e contribuição social	3.368.872	1.141.792	2.732.960	1.449.073
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	(1.145.416)	(388.209)	(929.206)	(492.685)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	76.088	173.728	542.412	344.663
Incentivos fiscais	22.722	16.122	51	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	46.379	46.012	-	-
Multas indedutíveis	(57.832)	(22.777)	(27)	(101)
JCP declarado	289.314	203.320	289.314	203.320
PCE com partes relacionadas	-	233.931	290	-
Realização de ágio	-	108.416	-	-
Outros	43.461	(6.888)	6.427	439
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(725.284)	363.655	(90.739)	55.636
Imposto de renda e contribuição social corrente	(563.031)	(370.689)	(73.044)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(162.253)	734.344	(17.695)	55.636
	(725.284)	363.655	(90.739)	55.636
Alíquota efetiva	21,53%	(31,85)%	3,32%	(3,84)%

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Resultado das operações antes do imposto de renda e contribuição social	1.615.481	(805.275)	1.297.175	26.773
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	(549.263)	273.794	(441.039)	(9.103)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	24.130	114.197	237.733	(89.197)
Incentivo fiscal	786	(6.483)	32	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	16.948	21.790	-	-
Multas indedutíveis	(29.346)	(9.896)	(50)	(52)
JCP declarado	145.077	120.020	145.077	120.020
PCE com partes relacionadas	-	233.931	290	-
Realização de ágio	-	108.416	-	-
Outros	21.569	(618)	5.465	1.079
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(370.099)	855.151	(52.492)	22.747
Imposto de renda e contribuição social corrente	(163.698)	203.225	(41.652)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(206.401)	651.926	(10.840)	22.747
	(370.099)	855.151	(52.492)	22.747
Alíquota efetiva	22,91%	(106,19)%	4,05%	(84,96)%

9. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui saldo a receber reconhecido no ativo não circulante, em 30 de junho de 2023, de R\$13.366 (R\$13.366 em 31 de dezembro de 2022), referente ao contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizado em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD).

A Companhia fez a retenção da parcela remanescente nos dividendos pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais em 30 de junho de 2021, estando no aguardo da evolução da questão junto à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC).

Em caso de insucesso na busca de solução por meio da CPRAC e eventual ação judicial para discussão do mérito relacionado ao critério utilizado no passado para atualização monetária do AFAC, a Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos, considerou a probabilidade de perda como possível.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Trabalhista	227.112	259.294	24.492	30.806
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	32.033	31.297	353	337
PIS/Pasep e Cofins (1)	73.226	70.453	-	-
ITCD	61.742	59.591	60.698	58.574
IPTU	98.049	95.831	69.214	67.011
FINSOCIAL	44.705	43.633	44.705	43.633
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	311.823	305.427	14.975	14.668
IRRF sobre lucro inflacionário	9.191	9.058	9.191	9.058
IRPJ/CSLL (3)	112.410	105.850	561	313
Outros (4)	132.355	122.730	65.951	65.395
	875.534	843.870	265.648	258.989
Outros				
Regulatório	47.552	45.642	9.968	9.311
Responsabilidade civil	11.732	9.156	2.945	3.202
Relações de consumo	7.527	7.890	902	971
Bloqueio judicial	24.253	19.991	3.278	3.310
Outros	21.254	20.752	3.725	3.736
	112.318	103.431	20.818	20.530
	1.214.964	1.206.595	310.958	310.325

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Indenização do anuênio);

(3) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.

(4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

11. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

No período de janeiro a junho de 2023, o montante apropriado como receitas dos subsídios, reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$554.619 (R\$485.093 no mesmo período de 2022). Desse montante, a Companhia tem a receber R\$124.343 (R\$96.947 em 31 de dezembro de 2022), reconhecido no ativo circulante, sendo R\$117.184 (R\$90.923 em 31 de dezembro de 2022) pela Cemig D e R\$7.159 (R\$6.024 em 31 de dezembro de 2022) pela Cemig GT.

12. ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	30/06/2023	31/12/2022
Ativos relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia	1.538.165	1.369.652
Concessão de distribuição de gás (nota 12.1)	38.036	36.945
Indenizações a receber – Geração (nota 12.2)	737.406	691.460
Bonificação pela outorga – Concessões de geração (nota 12.3)	3.017.041	2.950.418
	5.330.648	5.048.475
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (nota 13.4)	890.809	944.090
Total	6.221.457	5.992.565
Ativo circulante	777.231	1.055.378
Ativo não circulante	5.444.226	4.937.187

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Geração	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.652	3.641.878	36.945	5.048.475
Transferências de ativo de contrato	91.586	-	-	91.586
Atualização financeira	77.575	275.549	1.091	354.215
Realização	(648)	-	-	(648)
Recebimentos	-	(162.980)	-	(162.980)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.538.165	3.754.447	38.036	5.330.648

Em função da homologação do resultado do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP da Cemig D, conforme Resolução Homologatória nº 3.202, de 23 de maio de 2023, a atualização do ativo financeiro teve um acréscimo de R\$39.516, considerando a data base de 30 de novembro de 2022. O acréscimo decorre da diferença entre a estimativa de atualização dos ativos utilizada pela Companhia e o Valor Novo de Reposição – VNR destes ativos homologados no processo de RTP.

12.1 Geração – Indenização a receber

Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

O laudo de avaliação foi concluído e os resultados são conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) ¹	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 30 de junho de 2023
Lote D					
UHE Três Marias	jul-15	396,00	179.083	11.900	190.983
UHE Salto Grande	jul-15	102,00	91.874	6.104	97.978
UHE Itutinga	jul-15	52,00	10.825	720	11.545
UHE Camargos	jul-15	46,00	21.042	1.398	22.440
PCH Piau	jul-15	18,01	4.695	312	5.007
PCH Gafanhoto	jul-15	14,00	5.630	374	6.004
PCH Peti	jul-15	9,40	6.498	432	6.930
PCH Dona Rita	set-13	2,41	1.683	112	1.795
PCH Tronqueiras	jul-15	8,50	9.063	540	9.603
PCH Joasal	jul-15	8,40	6.727	447	7.174
PCH Martins	jul-15	7,70	4.776	317	5.093
PCH Cajuru	jul-15	7,20	20.238	1.345	21.583
PCH Paciência	jul-15	4,08	4.449	295	4.744
PCH Marmelos	jul-15	4,00	2.585	172	2.757
Outras					
UHE Volta Grande	fev-17	380,00	387	26	413
UHE Miranda	dez-16	408,00	97.493	6.478	103.971
UHE Jaguará	ago-13	424,00	147.788	9.882	157.670
UHE São Simão	jan-15	1.710,00	76.624	5.092	81.716
		3.601,70	691.460	45.946	737.406

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

O saldo de R\$737.406 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

12.2 Geração – Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nº 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015 vencido pela Cemig GT foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2022	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2023
Cemig Geração e Transmissão S.A. (1)	Três Marias	1.671.517	124.372	(87.568)	1.708.321
Cemig Geração e Transmissão S.A. (1)	Salto Grande	524.779	39.201	(27.617)	536.363
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	197.984	16.399	(11.741)	202.642
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	148.407	12.220	(8.740)	151.887
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	194.694	17.012	(12.298)	199.408
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	133.014	12.695	(9.339)	136.370
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajuru, Gafanhoto e Martins	80.023	7.704	(5.677)	82.050
		2.950.418	229.603	(162.980)	3.017.041

(1) Em 31 de maio de 2023, as subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A. foram incorporadas à Cemig GT.

12.3 Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2023			31/12/2022		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	183.459	707.350	890.809	544.370	399.720	944.090
Ativo circulante	183.459	275.156	458.615	544.370	201.661	746.031
Ativo não circulante	-	432.194	432.194	-	198.059	198.059
Total circulante líquido	183.459	275.156	458.615	544.370	201.661	746.031
Total não circulante líquido	-	432.194	432.194	-	198.059	198.059
Total líquido	183.459	707.350	890.809	544.370	399.720	944.090

COMPONENTES FINANCEIROS	30/06/2023			31/12/2022		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	(1.646)	1.093	(553)	140.528	(139.639)	889
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	242.595	84.600	327.195	4.297	211.497	215.794
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	30.188	9.364	39.552	180	17.786	17.966
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – Proinfa	(38.660)	-	(38.660)	38.984	(7.872)	31.112
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(528.351)	107.000	(421.351)	377.682	204.843	582.525
Energia elétrica comprada para revenda	(552.065)	(229.619)	(781.684)	233.721	(1.321.656)	(1.087.935)
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	767.227	264.037	1.031.264	40.617	708.966	749.583
Neutralidade da parcela A	(62.951)	273.727	210.776	(32.683)	235.990	203.307
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(62.665)	(13.396)	(76.061)	(22.983)	(47.707)	(70.690)
Outros itens financeiros	389.787	210.544	600.331	(235.973)	537.512	301.539
Total	183.459	707.350	890.809	544.370	399.720	944.090

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo (a preços maiores do que o da compra de energia) foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida nesses reajustes através um componente financeiro negativo. Por entender se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório deve ser recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 2020, por meio do Despacho o SGT/SEM nº 2.508, foi reconhecida parte do valor correspondente ao ano de 2017, no montante de R\$39.270, com efeito no processo tarifário de 2021. Em razão dos recursos administrativos apresentados à Aneel, tais montantes foram ajustados através do Despacho Aneel nº 2.168, de 2022, reconhecendo a integralidade da sobrecontratação de 2017 como voluntária. Com a publicação do despacho, e considerando as regras atuais, os ganhos que ainda não haviam sido recuperados via tarifa relativos à sobrecontratação de 2017, cujo valor atualizado é R\$228.477, foi reconhecido pela ANEEL no processo tarifário de 2023. No tocante à sobrecontratação de 2018, no valor de R\$28.275, a Companhia permanece reconhecendo o direito e aguarda publicação do respectivo despacho.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	944.090
Constituição líquida de ativos (passivos) financeiros	430.080
Realização	(573.889)
Transferência (1)	(1.550)
Atualização Selic (nota 27)	92.078
Saldo em 30 de junho de 2023	890.809

- (1) Valores referentes à reversão para modicidade tarifária dos créditos que não puderam ser devolvidos aos consumidores no faturamento final, previstos no §6 do art. 141 da REN 1.000/2021.

Revisão Tarifária Periódica

Em 23 de maio de 2023, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Cemig D, conforme Resolução Homologatória nº 3.202, de 23 de maio de 2023. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 13,27% para os consumidores, sendo 8,94%, em média, para o Grupo A (alta e média tensão) e 15,55%, em média, para o Grupo B (baixa tensão).

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta tensão	8,94%
Baixa tensão	15,55%
Total	13,27%

O percentual de reajuste correspondente aos custos gerenciáveis pela Companhia (Parcela B) foi de 0,66%, e o percentual remanescente, de 12,61% , tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 5,09% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados a compra de energia, transmissão, encargos setoriais e receitas irre recuperáveis, e; (ii) 7,52% referentes aos itens financeiros componentes da tarifa. Esse reajuste vigorará de 28 de maio de 2023 até 27 de maio de 2024.

13. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Distribuição - Ativos de infraestrutura em construção	2.785.768	1.849.853
Gás – Ativos de infraestrutura em construção	157.310	116.982
Transmissão – Rede básica - Lei 12.783/13	1.862.666	1.927.040
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.928.732	2.810.949
	7.734.476	6.704.824
Circulante	786.793	728.404
Não circulante	6.947.683	5.976.420

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.737.989	1.849.853	116.982	6.704.824
Adições	109.205	1.462.228	77.407	1.648.840
Atualização financeira	284.739	-	-	284.739
Recebimentos	(340.654)	-	-	(340.654)
Baixa	-	-	(7.789)	(7.789)
Outras adições	119	-	-	119
Transferências para o ativo financeiro	-	(91.586)	-	(91.586)
Transferências para o ativo intangível	-	(450.309)	(29.290)	(479.599)
Ajuste de ativos em curso	-	15.582	-	15.582
Saldo em 30 de junho de 2023	4.791.398	2.785.768	157.310	7.734.476

Dentre as adições realizadas no período findo em 30 de junho de 2023, está contemplado o valor de R\$29.861 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20. A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 12,62%.

Atividade de transmissão

Para a atividade de transmissão os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Contrato de Concessão – 004/05	25.462	28.879
Contrato de Concessão – 079/00	45.416	46.685
Contrato de Concessão – 006/11	8.555	8.371
Contrato de Concessão – 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	457.294	408.395
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	250.066	236.073
	786.793	728.403
Não circulante		
Contrato de Concessão – 004/05	74.039	81.399
Contrato de Concessão – 079/00	127.370	142.513
Contrato de Concessão – 006/11	87.916	85.391
Contrato de Concessão – 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	1.405.372	1.518.645
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	2.309.908	2.181.638
	4.004.605	4.009.586
	4.791.398	4.737.989

Contrato de Concessão nº 006/1997

O Despacho Aneel nº 402, de 14 de fevereiro de 2023, postergou da Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP) das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. O Relatório de Avaliação e Conciliação Físico-Contábil deverá ser entregue até 29 de dezembro de 2023 ou até 30 dias após o fechamento da Consulta Pública referente à revisão dos Submódulos 9.1 e 9.2 do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), o que ocorrer por último. O prazo para homologação da Receita Anual Permitida – RAP integral é 1 de julho de 2024. Conforme previsto no Despacho, foi processado o reajuste para o ciclo 2023-2024 por meio da Resolução Homologatória nº 3.216, de 4 de julho de 2023.

Os reflexos financeiros das novas RAPs estão sendo analisados, não sendo esperados impactos significativos para a Companhia uma vez que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

14. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	9.715.819	8.966.797
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	201.457	182.579	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	Controlada em conjunto	53.661	47.096	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	Controlada em conjunto	57.045	46.744	-	-
Madeira Energia ("MESA") (3)	Coligada	-	9.500	-	-
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (3)	Coligada	-	7.760	-	-
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo") (4)	Controlada em conjunto	-	185.495	-	-
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte") (2)	Controlada em conjunto	561.508	575.745	-	-
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia") (4)	Controlada em conjunto	-	160.324	-	-
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	Controlada em conjunto	1.258.197	1.193.841	-	-
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (2)	Controlada em conjunto	858.843	885.529	-	-
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	Controlada em conjunto	124.158	134.425	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	8.461.010	7.105.260
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa")	Controlada em conjunto	1.570.993	1.548.695	1.570.993	1.548.695
Gasmig	Controlada	-	-	1.667.720	1.749.549
Cemig Sim	Controlada	-	-	235.897	198.880
UFVs (1)	Controlada em conjunto	135.392	127.991	-	-
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Controlada	-	-	71.308	68.263
Total do investimento		4.821.254	5.105.724	21.722.747	19.637.444

- (1) Conjunto de negócios de UFVs, nas quais a investida Cemig Sim possui participação societária.
- (2) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (3) Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da Mesa para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (4) Em 14 de abril de 2023, a Cemig GT celebrou os contratos de compra e venda de ações regulando as alienações da totalidade de suas participações societárias em Retiro Baixo e Baguari Energia para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes na nota explicativa nº 31.

Para o período findo em 30 de junho de 2023, a Companhia concluiu que não houve indicativos de possível desvalorização de seus investimentos, em conformidade ao previsto no CPC 01/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

Controladora			
Investidas	31/12/2022	Amortização	30/06/2023
Paracambi	73.987	(1.250)	72.737
Taesa	142.141	(4.660)	137.481
Gasmig	380.989	(6.545)	374.444
Sete Lagoas	(4.262)	122	(4.140)
Total	592.855	(12.333)	580.522

Consolidado					
Investidas	31/12/2022	Adição	Amortização	Outros (1)	30/06/2023
Cemig Geração e Transmissão					
Retiro Baixo	26.408	-	(463)	(25.945)	-
Aliança Geração	276.295	-	(12.655)	-	263.640
Aliança Norte	44.688	-	(986)	-	43.702
Paracambi	73.987	-	(1.250)	-	72.737
Taesa	142.141	-	(4.660)	-	137.481
Cemig Sim					
UFVs	14.205	3.031	(371)	-	16.865
Total	577.724	3.031	(20.385)	(25.945)	534.425

- (1) Em abril de 2023, a participação detida pela Cemig GT nessa investida foi classificada como ativo mantido para venda. Mais detalhes na nota explicativa nº 31.

O direito de exploração é reconhecido na combinação de negócios e é amortizado considerando o período de concessão de cada controlada ou controlada em conjunto.

a) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

Controladora						
Investidas	31/12/2022	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos / JCP	Aportes	30/06/2023
Cemig Geração e Transmissão	8.966.797	1.067.739	8.635	(327.352)	-	9.715.819
Cemig Distribuição	7.105.260	734.969	28.866	(320.400)	912.315	8.461.010
Gasmig	1.749.549	310.031	-	(391.860)	-	1.667.720
Cemig Sim	198.880	493	-	-	36.524	235.897
Sete Lagoas	68.263	3.045	-	-	-	71.308
Taesa	1.548.695	122.006	-	(99.708)	-	1.570.993
Total	19.637.444	2.238.283	37.501	(1.139.320)	948.839	21.722.747

Consolidado						
Investidas	31/12/2022	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos / JCP	Aportes / Aquisições	Outros	30/06/2023
Hidrelétrica Cachoeirão	47.096	6.565	-	-	-	53.661
Guanhães Energia	182.579	18.878	-	-	-	201.457
Hidrelétrica Pipoca	46.744	10.301	-	-	-	57.045
MESA	9.500	(9.500)	-	-	-	-
FIP Melbourne	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-
Paracambi	134.425	6.141	(16.408)	-	-	124.158
Baguari Energia	160.324	11.133	(11.579)	-	(159.878)	-
Amazônia Energia (1)	885.529	(26.894)	-	208	-	858.843
Aliança Norte (1)	575.745	(14.570)	-	333	-	561.508
Taesa	1.548.695	122.006	(99.708)	-	-	1.570.993
Aliança Geração	1.193.841	64.356	-	-	-	1.258.197
Retiro Baixo	185.495	5.052	-	-	(190.547)	-
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Janaúba")	3.422	385	-	-	-	3.807
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Corinto")	8.441	199	(433)	-	-	8.207
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Manga")	10.799	104	(654)	-	-	10.249
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Bonfinópolis II")	6.406	97	(208)	-	-	6.295
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lagoa Grande")	14.140	695	(686)	-	-	14.149
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lontra")	17.526	830	(1.073)	-	-	17.283
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mato Verde")	6.123	420	(375)	-	-	6.168
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mirabela")	4.199	-	(179)	-	-	4.020
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha I")	4.739	460	(133)	-	-	5.066
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha II")	6.604	369	(389)	-	-	6.584
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Brasilândia")	14.176	701	(756)	-	-	14.121
Apolo I SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo I")	6.689	119	-	-	-	6.808
Apolo II SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo II")	-	1.597	-	5.759	-	7.356
G2 Campo Lindo I Energia S.A. ("UFV Campo Lindo I")	8.161	210	-	-	-	8.371
G2 Campo Lindo II Energia S.A. ("UFV Campo Lindo II")	8.458	179	-	-	-	8.637
G2 Olaria I Energia S.A. ("UFV Olaria I")	8.108	163	-	-	-	8.271
Total do Investimento	5.105.724	222.322	(132.581)	6.300	(380.511)	4.821.254

(1) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	145.908	2.655.433
Proposta de dividendos feita pelas investidas	132.581	1.139.320
IRRF sobre JCP declarados por investidas	-	(97.162)
Recebimentos	(204.368)	(1.557.781)
Saldo em 30 de junho de 2023	74.121	2.139.810

Alienação de participação societária - MESA

Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação, para Furnas Centrais Elétricas S.A, da totalidade de sua participação societária em MESA, direta e indireta, equivalente a 7,53% do Capital Social desta investida, que é controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A. pelo valor de R\$55.390.

Com a conclusão da alienação, Furnas se compromete a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenidas de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas.

Como resultado da alienação, em março de 2023, foi reconhecido um ganho de capital, apurado da seguinte forma:

Controladora e consolidado	
Participação direta:	4,1422%
Participação indireta:	3,3837%
Preço da alienação:	736.000
Participação direta:	30.487
Participação indireta:	24.904
	55.391
Custo do investimento (1):	-

(1) Considerou-se para cálculo o saldo do investimento em 28 de fevereiro de 2023, que representa o último balancete levantado em investida antes da venda, utilizado para escrituração do método da equivalência patrimonial. O saldo do investimento é zero, de maneira que sua baixa não gerou efeitos no resultado, para fins de apuração do ganho de capital da alienação.

O ganho de capital referente à participação direta foi reconhecido no resultado do período em contrapartida à rubrica de caixa e equivalentes de caixa. O valor dos tributos incidentes sobre esse montante corresponde a R\$10.365, que representa 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL).

O ganho de capital referente à participação indireta foi reconhecido a crédito da conta de equivalência patrimonial, haja vista sua origem na realização da participação detida pelo Fundo Melbourne na SAAG. Devido à venda da participação societária pelo fundo de investimento, que subsiste apenas por questões operacionais necessárias à sua liquidação, o saldo a receber dos fundos foi reconhecido no balanço patrimonial, como instrumento financeiro no grupo “outros ativos”, considerando a iminência do seu recebimento.

A presente alienação se insere no contexto de execução do Programa de Desinvestimento da Cemig para, assim, redirecionar os esforços de gestão e a alocação de capital para o Estado de Minas Gerais.

Acordo FIP Melbourne x AGPar – Sentença arbitral CCBC – 86/2016

O CCVA que disciplinou a operação de aquisição das ações da SAAG pela Companhia prevê indenização ao FIP Melbourne pela AGPar em caso de sobrecurso na MESA em função de fato gerador anterior à assinatura do referido contrato. Após a conclusão da transação, em 2014, e até o ano de 2016, houve dispêndios extraordinários, que oneraram o FIP Melbourne e que se enquadravam, na interpretação do FIP, na cobertura prevista no CCVA. Diante da divergência de entendimento sobre a questão com a AGPar, o FIP Melbourne requereu procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022.

Considerando a participação da Cemig GT no FIP Melbourne, a Companhia possui um recebível registrado no montante de R\$240.860, no balanço patrimonial no grupo de “Outros ativos”.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 30 de junho de 2023, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$322.178 (R\$494.493 em 31 de dezembro de 2022). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2023 é de R\$2.977 milhões (R\$2.972 milhões em 31 de dezembro de 2022). O potencial impacto para a Companhia está limitado ao seu investimento na NESA.

UFV Três Marias S.A.

No primeiro semestre de 2023, a Cemig GT efetuou aporte no montante de R\$39.216 na investida UFV Três Marias S.A. (“UFV Três Marias”), sendo R\$32.397 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para implantação do Complexo de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de Geração Distribuída Três Marias GD 78 MWp (“UFVF Três Marias GD”) e R\$6.819 em ativos imobilizados para operação da usina fotovoltaica UFV Três Marias com potência instalada de 1,5 MW.

UFV Montes Claros

Em 29 de junho de 2022, a Cemig aprovou a aquisição, por meio de sua subsidiária integral Cemig Sim, de 100% da participação societária detida pela Genesys Participação Societária Ltda e por pessoa física, dentre outras, na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Duceu Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos SPE LTDA (UFV Montes Claros) detentora da usina fotovoltaica UFV Montes Claros.

Em 28 de abril de 2023, a Cemig Sim concluiu a aquisição da totalidade da participação societária na UFV Montes Claros. Houve a aprovação do CADE, condição precedente usual neste tipo de transação.

Segue abaixo resumo da mensuração preliminar do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

Em milhares de reais	UFV Montes Claros
Valor do patrimônio líquido da UFV Prudente	19.749
Mais valia dos ativos líquidos da investida	1.571
Valor justo dos ativos líquidos	21.320
Compra vantajosa	1.193
Valor total da contraprestação paga por 100% de participação na UFV Montes Claros	20.127

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de aquisição
Circulante	72	Circulante	352
Outros ativos circulantes	72	Outros passivos circulantes	352
		Não circulante	4.416
Não circulante	26.016	Outros passivos não circulantes	4.416
Ativo imobilizado	18.749		
Direito de uso - arrendamentos	4.696		
Ativo intangível	2.571		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	21.320

Para o Grupo Cemig, a aquisição ampliará sua participação no mercado de geração de energia elétrica, elevando seu nível de geração e garantindo o abastecimento energético aos consumidores de forma eficiente, em razão da expertise nesse mercado.

Adiantamento para futuro aumento de capital – Cemig Sim

Em 6 de julho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a realização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Cemig Sim, no montante de até R\$45.000, com a finalidade de realização de investimentos.

Aquisição de participação societária em Sociedades de Propósito Específico - SPE

Em 20 de julho de 2023, a Cemig Sim concluiu a aquisição dos 51% restante das participações societárias detidas nas SPEs: (i) G2 Olaria 1 Energia S.A., (ii) G2 Campo Lindo 1 Energia S.A. e (iii) G2 Campo Lindo 2 Energia S.A., passando a ser detentora de 100% das ações das mencionadas Sociedades, bem como a aquisição de 100% das ações na SPE G2 Olaria 2 Energia S.A.. O valor da aquisição é de R\$47,4 milhões. A análise preliminar de mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos não estão disponíveis até a emissão desta publicação.

As 4 SPEs são detentoras de 4 usinas fotovoltaicas, com 13 MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, localizadas na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Essa transação reforça a estratégia da Companhia de crescimento no mercado de Geração Distribuída com participação integral nas usinas sob sua gestão exclusivamente no Estado de Minas Gerais.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	247.435	(30.409)	217.026	247.028	(29.140)	217.888
Reservatórios, barragens e adutoras	3.239.409	(2.430.520)	808.889	3.302.646	(2.432.974)	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.094.374	(859.080)	235.294	1.092.227	(859.006)	233.221
Máquinas e equipamentos	2.719.751	(2.039.939)	679.812	2.764.985	(2.059.246)	705.739
Veículos	19.054	(13.478)	5.576	14.970	(13.050)	1.920
Móveis e utensílios	13.757	(11.665)	2.092	13.739	(11.514)	2.225
	7.333.780	(5.385.091)	1.948.689	7.435.595	(5.404.930)	2.030.665
Em curso	659.375	-	659.375	378.686	-	378.686
Imobilizado líquido	7.993.155	(5.385.091)	2.608.064	7.814.281	(5.404.930)	2.409.351

Controladora	30/06/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(27)	28	55	(26)	29
Máquinas e equipamentos	5.044	(4.978)	66	5.200	(5.124)	76
Móveis e utensílios	724	(701)	23	727	(700)	27
	5.905	(5.706)	199	6.064	(5.850)	214
Em curso	1.029	-	1.029	1.026	-	1.026
Imobilizado líquido	6.934	(5.706)	1.228	7.090	(5.850)	1.240

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição (2)	Baixa - Ativo classificado como mantido para venda	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldo em 30/06/2023
Em serviço							
Terrenos (1)	217.888	-	(519)	(207)	(1.650)	1.514	217.026
Reservatórios, barragens e adutoras	869.672	-	(21.551)	(21)	(39.211)	-	808.889
Edificações, obras civis e benfeitorias	233.221	-	(4.112)	(8)	(8.659)	14.852	235.294
Máquinas e equipamentos	705.739	18.752	(28.681)	(767)	(33.548)	18.317	679.812
Veículos	1.920	-	-	-	(428)	4.084	5.576
Móveis e utensílios	2.225	2	-	-	(150)	15	2.092
	2.030.665	18.754	(54.863)	(1.003)	(83.646)	38.782	1.948.689
Em curso	378.686	320.226	(755)	-	-	(38.782)	659.375
Imobilizado líquido	2.409.351	338.980	(55.618)	(1.003)	(83.646)	-	2.608.064

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Inclui investimentos realizados na implementação das UFV Advogado Eduardo Soares (anteriormente denominada UFV Boa Esperança) e UFV Jusante, nos montantes de R\$112.367 e R\$118.693, respectivamente.

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 30/06/2023
Em serviço				
Terrenos	82	-	-	82
Edificações, obras civis e Benfeitorias	29	-	(1)	28
Máquinas e equipamentos	76	-	(10)	66
Móveis e utensílios	27	-	(4)	23
	214	-	(15)	199
Em curso	1.026	3	-	1.029
Imobilizado líquido	1.240	3	(15)	1.228

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa média anual de Depreciação (%)	30/06/2023	31/12/2022
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.099	220.096
Depreciação acumulada			(138.471)	(134.524)
Total em operação			81.628	85.572
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	2.015	1.962
Total em construção			2.015	1.962
Total			83.643	87.534

16. INTANGÍVEIS

Consolidado	30/06/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.689	(5.744)	8.945	14.692	(5.405)	9.287
Concessão onerosa	13.599	(9.428)	4.171	13.599	(9.116)	4.483
Ativos de concessão	24.284.470	(10.618.659)	13.665.811	23.813.446	(10.259.144)	13.554.302
Ativos de concessão - GSF	1.031.161	(266.630)	764.531	1.031.810	(199.809)	832.001
Outros	103.723	(78.808)	24.915	92.279	(76.838)	15.441
	25.447.642	(10.979.269)	14.468.373	24.965.826	(10.550.312)	14.415.514
Em curso	152.263	-	152.263	206.339	-	206.339
Intangível líquido	25.599.905	(10.979.269)	14.620.636	25.172.165	(10.550.312)	14.621.853

Controladora	30/06/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.565	(13.400)	165	13.564	(13.136)	428
Outros	17	(17)	-	17	(17)	-
	13.582	(13.417)	165	13.581	(13.153)	428
Em curso	150	-	150	119	-	119
Intangível líquido	13.732	(13.417)	315	13.700	(13.153)	547

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa - Ativo classificado como mantido para venda	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/06/2023
Em serviço							
Com vida útil definida							
Servidão	9.287	-	(3)	-	(339)	-	8.945
Concessão onerosa	4.483	-	-	-	(312)	-	4.171
Ativos de concessão	13.554.302	1.876	-	(37.039)	(431.953)	578.625	13.665.811
Ativos de concessão - GSF	832.001	-	(435)	-	(67.035)	-	764.531
Outros	15.441	1.740	-	-	(1.975)	9.709	24.915
	14.415.514	3.616	(438)	(37.039)	(501.614)	588.334	14.468.373
Em curso	206.339	58.257	(114)	(3.481)	-	(108.738)	152.263
Intangível líquido	14.621.853	61.873	(552)	(40.520)	(501.614)	479.596	14.620.636
Controladora							
Em serviço							
Direito de uso de softwares		428	-	-	(263)	-	165
		428	-	-	(263)	-	165
Em curso		119	31	-	-	-	150
Intangível líquido		547	31	31	(263)	-	315

17. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	213.645	115.432	329.077
Amortização (1)	(5.986)	(16.805)	(22.791)
Direito de uso recebido na combinação de negócios	6.493	-	6.493
Baixa (contratos encerrados)	(1.775)	-	(1.775)
Adição	2.749	17.522	20.271
Remensuração (2)	90	54.791	54.881
Saldo em 30 de junho de 2023	215.216	170.940	386.156

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$353 no período de janeiro a junho de 2023 (R\$313 no mesmo período de 2022).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.151
Amortização (1)	(47)
Saldo em 30 de junho de 2023	2.104

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$4 no período de janeiro a junho de 2023 (R\$3 no mesmo período de 2022).

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2022	354.633	2.426
Adição	20.271	-
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	3.449	-
Juros incorridos (1)	18.416	151
Arrendamentos pagos	(35.114)	(155)
Juros sobre arrendamentos pagos	1.582	(6)
Baixa (contratos encerrados)	(2.045)	-
Remensuração (2)	54.881	-
Saldo em 30 de junho de 2023	416.073	2.416
Passivo circulante	75.495	301
Passivo não circulante	340.578	2.115

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$969 e R\$11 no período de janeiro a junho de 2023 (R\$899 e R\$10 no mesmo período de 2022), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.
- (2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições e baixas nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	853.541	416.073	7.224	2.416
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	55.898	19.174	670	223

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2023	39.922	161
2024	86.225	322
2025	76.163	322
2026	76.021	322
2027	64.021	322
2028 a 2048	511.189	5.795
Valores não descontados	853.541	7.244
Juros embutidos	(437.468)	(4.828)
Passivo de arrendamento	416.073	2.416

18. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda	1.055.249	1.162.009	212.110	151.715
Energia de curto prazo - CCEE	159.971	110.075	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	214.923	206.759	95	95
Itaipu binacional	221.868	273.618	-	-
Gás comprado para revenda	203.463	277.750	-	-
Materiais e serviços	637.497	801.838	739	546
	2.492.971	2.832.049	212.944	152.356

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS	148.826	107.523	16.185	15.318
Cofins (1)	177.551	199.179	32.830	28.128
PIS/Pasep (1)	38.359	43.214	7.249	6.084
INSS	47.518	43.870	2.263	2.011
Outros (2)	131.316	150.360	40.336	88.062
	543.570	544.146	98.863	139.603
Não circulante				
Cofins (1)	303.693	304.057	-	-
PIS/Pasep (1)	65.993	66.111	-	-
	369.686	370.168	-	-
	913.256	914.314	98.863	139.603
Valores a serem restituídos a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	1.164.003	1.154.798	-	-
ICMS (3)	340.800	340.800	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	607.684	1.808.074	-	-
	2.112.487	3.303.672	-	-

- (1) PIS/Pasep e Cofins registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 13.
- (2) O saldo de 30 de junho de 2023 inclui as retenções na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 20 de junho de 2023, cujo recolhimento ocorreu em julho de 2023, em conformidade à legislação tributária.
- (3) Em 23 de junho de 2022 foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D e pela Gasmig em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$2.112.487, já tendo sido restituído o montante de R\$5.200.878 até 30 de junho de 2023 (R\$3.943.371 até 31 de dezembro de 2022).

Em decorrência da fiscalização realizada pela Receita Federal do Brasil, com o objetivo de auditar o crédito habilitado pela Cemig D, foi constatada uma redução de R\$66.681 no crédito total, dos quais R\$23.223 correspondem ao crédito original. Essa redução foi registrada tanto no ativo quanto no passivo, resultando na diminuição equivalente do valor a ser restituído aos consumidores.

A controlada Gasmig registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, sendo este no montante atualizado de R\$170.235. Os critérios para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores ainda serão objeto de discussões junto à Secretaria de Desenvolvimento de Minas Gerais.

20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				30/06/2023			31/12/2022
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1)	2024	9,25%	US\$	27.537	3.643.845	3.671.382	3.974.971
(-) Custos de transação				-	(3.242)	(3.242)	(5.743)
(±) Recursos antecipados (2)				-	(5.377)	(5.377)	(9.423)
Dívida em moeda estrangeira				27.537	3.635.226	3.662.763	3.959.805
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás (3)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	765	-	765	2.380
Dívida em moeda nacional				765	-	765	2.380
Total de empréstimos				28.302	3.635.226	3.663.528	3.962.185
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)(4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	310.181	299.330	609.511	911.878
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (3)(4)	2024	CDI + 0,45%	R\$	543.131	-	543.131	814.697
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (3)(4)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	3.360	1.913.904	1.917.264	1.864.547
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série (3)(4)	2027	CDI + 1,35%	R\$	3.095	500.000	503.095	503.095
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série (3)(4)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	1.462	520.292	521.754	507.408
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única (4)	2026	CDI + 2,05%	R\$	20.102	2.000.000	2.020.102	-
Debêntures - 7ª emissão - Série única (5)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.023	-	20.023	20.023
Debêntures - 8ª emissão - Série única (5)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	19.795	1.057.526	1.077.321	1.043.943
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série (1)	2027	CDI + 1,33%	R\$	4.327	700.000	704.327	703.185
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série (1)	2029	IPCA + 7,63%	R\$	996	310.034	311.030	302.216
(-) Deságio na emissão de debêntures (6)				-	(10.386)	(10.386)	(12.048)
(-) Custos de Transação				(3.024)	(46.630)	(49.654)	(41.631)
Total de debêntures				923.448	7.244.070	8.167.518	6.617.313
Total geral consolidado				951.750	10.879.296	11.831.046	10.579.498

- (1) Cemig Geração e Transmissão;
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (3) Debêntures emitidas pela Cemig Distribuição;
- (4) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
- (5) Debêntures emitidas pela Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$850.000, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás;
- (6) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Emissão de debêntures

Em 6 de junho de 2023, a Cemig D concluiu todos os procedimentos relacionados à liquidação financeira da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública sob o rito de regime automático de distribuição, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram emitidas 2 milhões de debêntures, perfazendo o valor total de R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), à taxa de remuneração de CDI + 2,05% com vencimento em 3 anos. O saldo do valor nominal unitário das debêntures será pago em 2 (duas) parcelas, sendo o primeiro pagamento (50% do saldo) em 15 de maio de 2025 e o segundo, do saldo remanescente, em 15 de maio de 2026, data do vencimento principal. Os recursos captados serão destinados à recomposição de caixa da Cemig D, compreendendo, mas não se limitando, à operação da Cemig D e aos investimentos realizados.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 9ª Emissão Série Única	Junho de 2023	2026	CDI + 2,05%	2.000.000
(-) Custos de transação				(11.689)
Total de captações				1.988.311

A agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à Emissão.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e debêntures, em 30 de junho de 2023, é garantido da seguinte forma:

	30/06/2023
Nota promissória, aval e fiança	4.272.090
Aval e recebíveis	2.446.630
Fiança	4.032.621
Recebíveis	765
Sem garantia	1.078.940
Total	11.831.046

A composição consolidada dos empréstimos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano (1)	27.537	3.643.845	-	-	-	-	3.671.382
Total por moedas	27.537	3.643.845	-	-	-	-	3.671.382
Indexadores							
IPCA (2)	36.464	411.303	1.374.475	1.081.368	130.636	1.402.634	4.436.880
UFIR/RGR (3)	765	-	-	-	-	-	765
CDI (4)	320.679	269.999	1.233.334	1.233.333	733.333	-	3.790.678
Total por indexadores	357.908	681.302	2.607.809	2.314.701	863.969	1.402.634	8.228.323
(-) Custos de transação	(2.639)	(6.421)	(9.842)	(9.922)	(4.147)	(19.925)	(52.896)
(±) Recursos antecipados	-	(5.377)	-	-	-	-	(5.377)
(-) Deságio	-	-	(5.032)	(5.032)	-	(322)	(10.386)
Total geral	382.806	4.313.349	2.592.935	2.299.747	859.822	1.382.387	11.831.046

- (1) A Cemig GT utiliza de instrumentos financeiros derivativos para proteção contra os riscos decorrentes da variação cambial. Mais detalhes na nota explicativa nº 29.
- (2) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (3) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (4) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Moeda	Varição acumulada no primeiro semestre de 2023 (%)	Varição acumulada no primeiro semestre de 2022 (%)	Indexador	Varição acumulada no primeiro semestre de 2023 (%)	Varição acumulada no primeiro semestre de 2022 (%)
Dólar Norte-Americano	(7,64)	(6,14)	IPCA	2,87	5,49
			CDI	6,44	5,36
			TJLP	1,11	28,20

Moeda	Varição acumulada no segundo trimestre de 2023 (%)	Varição acumulada no segundo trimestre de 2022 (%)	Indexador	Varição acumulada no segundo trimestre de 2023 (%)	Varição acumulada no segundo trimestre de 2022 (%)
Dólar Norte-Americano	(5,14)	10,56	IPCA	0,76	2,22
			CDI	3,09	2,86
			TJLP	(1,22)	12,17

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.579.498
Empréstimos obtidos	2.000.000
Custos de transação	(11.689)
Empréstimos obtidos líquidos	1.988.311
Varição monetária	93.543
Varição cambial	(301.310)
Encargos financeiros provisionados	505.580
Amortização do custo de transação	6.198
Encargos financeiros pagos	(476.435)
Amortização de empréstimos	(564.339)
Saldo em 30 de junho de 2023	11.831.046

Encargos financeiros capitalizados

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e debêntures vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Encargos de empréstimos e debêntures	505.580	478.329	250.830	246.082
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato e intangível	(29.861)	(18.661)	(17.536)	(10.137)
Efeito líquido no resultado	475.719	459.668	233.294	235.945

- (1) A taxa média de capitalização foi de 12,62% a.a. em 30 de junho de 2023 (13,04% a.a. em 30 de junho de 2022).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds Cemig GT (1)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (3)	Igual ou inferior a 2,5	Igual ou inferior a 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
7ª e 8ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (2)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0	-	Anual
9ª emissão de debêntures 1ª e 2ª séries Cemig GT (3)	Dívida líquida/EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0 de 31/12/2022 em diante Igual ou inferior a 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual
9ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,5 em 30 de junho de 2023 em diante	Igual ou inferior a 3,5 em 30 de junho de 2023 em diante	Semestral e anual

- (1) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (2) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.
- (3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Cemig GT do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esses índices de forma que as condições sejam atendidas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”, opções de moeda e NDF) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 29.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	27.888	28.245
Conta de desenvolvimento energético – CDE	136.408	127.370
Taxa de fiscalização da Aneel	3.017	2.890
Eficiência energética	199.322	220.802
Pesquisa e desenvolvimento	148.378	125.864
Pesquisa expansão sistema energético	5.270	4.049
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	10.556	8.114
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - Proinfra	11.165	10.291
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	8.707	10.424
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
CDE sobre P&D	3.309	2.551
CDE sobre PEE	1.769	4.041
Outros	4.622	4.625
Total	586.752	575.607
Passivo circulante	540.623	510.247
Passivo não circulante	46.129	65.360

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Movimentação do passivo líquido

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	2.317.621	3.313.138	61.226	5.691.985
Despesa reconhecida no resultado	136.059	192.628	3.585	332.272
Custo do serviço passado	-	(55.489)	(1.473)	(56.962)
Contribuições pagas	(145.527)	(100.832)	(1.917)	(248.276)
Perdas (ganhos) atuariais	-	(60.274)	(934)	(61.208)
Passivo líquido em 30 de junho de 2023	2.308.153	3.289.171	60.487	5.657.811
			30/06/2023	31/12/2022
Passivo circulante			408.023	388.447
Passivo não circulante			5.249.788	5.303.538

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	459.146	206.722	4.673	670.541
Despesa reconhecida no resultado	26.950	11.707	265	38.922
Custo do serviço passado	-	(2.075)	(74)	(2.149)
Contribuições pagas	(7.160)	(5.650)	(113)	(12.923)
Perdas (ganhos) atuariais	-	(4.295)	(92)	(4.387)
Passivo líquido em 30 de junho de 2023	478.936	206.409	4.659	690.004
			30/06/2023	31/12/2022
Passivo circulante			30.093	29.166
Passivo não circulante			659.911	641.375

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$260.878 no período de janeiro a junho de 2023 (R\$306.353 no mesmo período de 2022), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$14.431 de janeiro a junho de 2023 (R\$30.273 no mesmo período de 2022).

Plano de saúde e odontológico

A partir de dezembro de 2022, em substituição ao Plano de Saúde Integrado (PSI) então vigente, a Cemig Saúde passou a ofertar um novo plano de saúde, denominado Plano Premium, o qual foi ofertado a todos empregados ativos da Cemig e integralmente custeado pela Companhia. Em contrapartida ao custeio integral pela Companhia, os empregados que fizessem a adesão ao novo plano deixariam de ter a contribuição da Cemig para o custeio do plano de saúde no período de aposentadoria. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 31 de janeiro de 2023 e, até a citada data, houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium, reduzindo o número de empregados cobertos pelo PSI.

À luz do CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, tal situação é um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos pós-emprego para a data base de 31 de março de 2023. Os efeitos do encurtamento do plano

foram reconhecidos no resultado, no primeiro trimestre de 2023, como custo do serviço passado, no montante de R\$55.489 para o plano de saúde e de R\$1.473 para o plano odontológico.

Vale ressaltar que o evento de encurtamento apurado para o trimestre afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$60.274 para o plano de saúde e de R\$934 para o plano odontológico.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de junho de 2023, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$176.137 (R\$251.401 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho de 2023, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R\$542.106 (R\$545.196 em 31 de dezembro de 2022, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$358.716, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$183.390. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação, em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Em processo
Montante total solicitado pela Forluz	R\$160.425	R\$251.644	R\$669.711
Montante considerando a paridade contributiva	R\$80.213	R\$125.822	R\$334.856
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 6%
Saldo depositado em 30 de junho de 2023	R\$21.733	R\$18.312	R\$5.760

Em relação ao equacionamento do déficit de 2019, a Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, no consolidado.

Em 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Consolidado				30/06/2023
	31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	
Trabalhistas	414.809	58.453	(8.357)	(48.036)	416.869
Cíveis					
Relações de consumo	41.208	33.939	(7.365)	(23.618)	44.164
Outras ações cíveis	36.296	13.481	(8)	(6.169)	43.600
	77.504	47.420	(7.373)	(29.787)	87.764
Tributárias	1.474.690	72.377	-	(93)	1.546.974
Regulatórias	47.493	5.324	(20)	(3.289)	49.508
Outras	14.525	22.109	(11.670)	(14.839)	10.125
Total	2.029.021	205.683	(27.420)	(96.044)	2.111.240

	Controladora				
	31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2023
Trabalhistas	40.743	11.198	(141)	(11.198)	40.602
Cíveis					
Relações de consumo	4.527	165	(1.772)	(165)	2.755
Outras ações cíveis	3.609	634	(8)	(634)	3.601
	8.136	799	(1.780)	(799)	6.356
Tributárias	221.494	11.587	-	(24)	233.057
Regulatórias	8.462	571	-	-	9.033
Outras	306	608	-	(579)	335
Total	279.141	24.763	(1.921)	(12.600)	289.383

Adicionalmente, há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que os assessores legais da Companhia e de suas controladas as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

	Perda Possível			
	Consolidado		Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Trabalhistas	1.352.040	1.198.657	137.231	118.024
Cíveis				
Relações de consumo	259.519	230.919	8.379	8.839
Outras ações cíveis	570.328	537.197	37.545	35.989
	829.847	768.116	45.924	44.828
Tributárias	2.562.900	2.149.475	579.436	470.980
Regulatórias	3.461.158	2.976.485	1.516.485	1.432.717
Outras	1.646.267	1.361.004	28.336	10.441
Total	9.852.212	8.453.737	2.307.412	2.076.990

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$301.201 (R\$276.265 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$22.209 (R\$22.664 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$186.785 (R\$94.324 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$3.340 foram provisionados (R\$3.525 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Conseqüentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.718.127 (R\$1.639.980 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$1.381.180 (R\$1.311.148 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia e suas controladas ajuizaram ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$121.834, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para

provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$311.823 (R\$305.427 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$138.984 (R\$136.131 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$170.937 (R\$164.014 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$1.260 (R\$1.221 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN). A probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$140.800 (R\$124.621 em 31 de dezembro de 2022). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$264.942 (R\$255.792 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$552.262 (R\$517.199 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e março de 2022, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2021, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 30 de junho de 2023, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$202.621 (R\$182.058 em 31 de dezembro de 2022). Em julho de 2021, a Gasmig protocolou uma ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais. Os autos de infração ficam suspensos até julgamento do mérito da ação.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$70.400 (R\$66.693 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfa e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$189.974 (R\$179.848 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.768.908 (R\$1.613.466 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$416.869 foram provisionados (R\$414.809 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$303.683 (R\$272.127 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$44.164 (R\$41.208 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$613.928 (R\$573.493 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$43.600 (R\$36.296 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de

indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de aproximadamente R\$703.285 (R\$484.034 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$49.508 (R\$47.493 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.529.641 (R\$1.432.813 em 31 de dezembro de 2022), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$549.333 (R\$506.742 em 31 de dezembro de 2022). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$525.747 (R\$483.294 em 31 de dezembro de 2022). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Ambientais

Impactos ambientais decorrentes de construção de usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$144.865 (R\$136.795 em 31 de dezembro de 2022).

Outros processos no curso normal dos negócios

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos Clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 30 de junho de 2023 totalizam R\$202.660. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Quebra de contrato – Prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de

serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. Em outubro de 2022, o juiz autorizou a parte contrária a levantar o valor depositado de R\$37.792, convertendo-o em pagamento de condenação. Em fevereiro de 2023, foi realizado o pagamento do montante de R\$7.272, referentes às questões residuais do processo, sendo encerrada a discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$500.169 (R\$470.248 em 31 de dezembro de 2022) dos quais R\$150 (R\$141 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$238.154 (R\$223.395 em 31 de dezembro de 2022). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$114.690 (R\$102.760 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Desocupação de moradias sob linhas de alta tensão

A Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais solicita que a Companhia remova e reassente os moradores que se encontram dentro do raio da faixa de segurança das linhas de alta tensão existentes na região. O montante do passivo contingente em discussão foi estimado em R\$98.348 em 30 de junho de 2023.

Outras ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$560.167 (R\$433.911 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$9.976 foram provisionados (R\$5.912 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$11.006.853, representado por 735.847.624 ações ordinárias e 1.465.523.064 preferenciais, subscritas e integralizadas, ambas com valor nominal de R\$5,00.

b) Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Ações ordinárias já capitalizadas	735.847.624	735.847.624
Ações em tesouraria	(102)	(102)
Total ações ordinárias	735.847.522	735.847.522
Ações preferenciais já capitalizadas	1.465.523.064	1.465.523.064
Ações em tesouraria	(846.062)	(846.062)
Total ações preferenciais	1.464.677.002	1.464.677.002
Total	2.200.524.524	2.200.524.524

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Lucro líquido do período (A)	2.642.221	1.504.709
Total de ações (B)	2.200.524.524	2.200.524.524
Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	1,20	0,68

c) Remuneração dos acionistas

A Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre capital próprio – JCP, conforme a seguir:

- (i) em 22 de março de 2023, no montante de R\$424.226, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 27 de março de 2023, com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$40.498;
- (ii) em 20 de junho de 2023, no montante de R\$426.698, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 23 de junho de 2023, com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$39.908.

O valor de imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCPs ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos casos em que há incidência deste tributo, nos termos da legislação em vigor.

25. RECEITAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	14.623.983	16.148.608	1.739.069	818.393
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	2.098.765	1.772.420	-	-
CVA e outros componentes financeiros	(143.809)	(972.040)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (1)	1.257.507	935.491	-	-
Receita de transmissão				
Receita de operação e manutenção	183.504	210.272	-	-
Receita de construção de transmissão	109.205	169.268	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 13)	284.739	396.508	-	-
Receita de indenização da geração (nota 12.1)	45.945	-	-	-
Receita de construção de distribuição	1.592.270	1.136.536	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	77.575	38.762	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	229.603	292.863	-	-
Liquidação na CCEE	43.365	(1.781)	11.722	9.048
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	(3.766)	205.849	-	-
Fornecimento de gás	2.197.133	2.069.435	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(71.379)	(51.199)	-	-
Outras receitas operacionais (c)	1.091.090	1.285.074	28.585	208
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (d)	(6.149.276)	(7.575.238)	(242.862)	(112.801)
Receita operacional líquida	17.466.454	16.060.828	1.536.514	714.848

(1) Mais informações na nota explicativa nº 19.

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	7.528.639	7.844.552	922.312	503.944
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	1.118.367	912.976	-	-
CVA e outros componentes financeiros	(164.649)	(271.933)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (1)	561.518	498.773	-	-
Receita de transmissão				
Receita de operação e manutenção	95.764	126.485	-	-
Receita de construção de transmissão	69.802	100.873	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 13)	107.485	204.563	-	-
Receita de indenização da geração	23.469	-	-	-
Receita de construção de distribuição	915.822	695.971	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	46.731	19.030	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	94.837	161.268	-	-
Liquidação na CCEE	14.002	16.889	4.924	(1.390)
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	-	66.855	-	-
Fornecimento de gás	1.073.563	1.113.427	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(32.910)	(19.305)	-	-
Outras receitas operacionais (c)	599.075	783.716	3.679	99
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (d)	(3.231.998)	(4.040.760)	(123.593)	(74.360)
Receita operacional líquida	8.819.517	8.213.380	807.322	428.293

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Consolidado				Controladora			
	MWh (1)		R\$		MWh (1)		R\$	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Residencial	5.929.031	5.609.896	4.926.448	5.839.836	-	-	-	-
Industrial	8.903.146	8.756.295	2.915.087	2.913.667	2.621.294	553.491	674.584	121.480
Comércio, serviços e outros	4.767.564	4.583.810	3.100.401	3.398.983	586.748	132.933	150.167	38.844
Rural	1.331.633	1.390.669	931.508	1.031.640	10.570	6.463	2.938	1.865
Poder público	463.203	427.628	351.417	355.340	-	-	-	-
Iluminação pública	537.353	570.596	243.342	303.579	-	-	-	-
Serviço público	524.511	691.906	332.227	467.115	-	-	-	-
Subtotal	22.456.441	22.030.800	12.800.430	14.310.160	3.218.612	692.887	827.689	162.189
Consumo próprio	14.915	16.711	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(34.086)	51.047	-	-	84.876	24.548
	22.471.356	22.047.511	12.766.344	14.361.207	3.218.612	692.887	912.565	186.737
Suprimento a outras concessionárias (2)	8.175.720	7.593.567	1.934.072	1.751.233	3.183.066	2.105.288	869.156	578.464
Suprimento não faturado líquido	-	-	(76.433)	36.168	-	-	(42.652)	53.192
Total	30.647.076	29.641.078	14.623.983	16.148.608	6.401.678	2.798.175	1.739.069	818.393

	Consolidado				Controladora			
	MWh (1)		R\$		MWh (1)		R\$	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Residencial	2.944.206	2.768.128	2.531.656	2.724.030	-	-	-	-
Industrial	4.595.472	4.597.875	1.475.346	1.520.467	1.531.475	325.560	390.570	74.011
Comércio, serviços e outros	2.424.104	2.307.390	1.597.321	1.655.806	313.433	63.368	79.890	19.736
Rural	805.325	844.733	538.750	541.861	5.032	3.119	1.406	940
Poder público	239.549	223.437	186.873	176.026	-	-	-	-
Iluminação pública	267.837	285.585	126.351	136.207	-	-	-	-
Serviço público	252.158	351.948	167.976	220.138	-	-	-	-
Subtotal	11.528.651	11.379.096	6.624.273	6.974.535	1.849.940	392.047	471.866	94.687
Consumo próprio	7.370	6.857	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(47.525)	(26.837)	-	-	36.474	23.443
	11.536.021	11.385.953	6.576.748	6.947.698	1.849.940	392.047	508.340	118.130
Suprimento a outras concessionárias (2)	4.136.944	3.847.121	969.884	884.910	1.553.365	1.195.479	419.484	347.991
Suprimento não faturado líquido	-	-	(17.993)	11.944	-	-	(5.512)	37.823
Total	15.672.965	15.233.074	7.528.639	7.844.552	3.403.305	1.587.526	922.312	503.944

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de concessão da transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Receita de construção e melhorias	109.205	169.268	69.802	100.873
Custo de construção e melhorias	(75.251)	(125.886)	(48.418)	(75.190)
Margem	33.954	43.382	21.384	25.683
Mark-up (%)	45,12%	34,46%	44,17%	34,16%
Receita de operação e manutenção	183.504	210.272	95.764	126.485
Custo de operação e manutenção	(141.428)	(137.387)	(71.749)	(68.833)
Margem	42.076	72.885	24.015	57.652
Mark-up (%)	29,75%	53,05%	33,47%	83,76%

c) Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Serviço taxado	10.120	9.098
Prestações de serviços	39.115	31.205
Subvenções - Baixa renda	187.323	150.544
Subvenções (1)	611.931	744.502
Aluguel e arrendamento	194.226	321.978
Indenizações contratuais	6.152	-
Outras	42.223	27.747
Total	1.091.090	1.285.074

	Consolidado	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Serviço taxado	5.003	4.804
Prestações de serviços	18.761	16.186
Subvenções - Baixa renda	100.102	78.184
Subvenções (1)	359.162	421.605
Aluguel e arrendamento	96.141	258.186
Indenizações contratuais	6.152	-
Outras	13.754	4.751
Total	599.075	783.716

(1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$503.672 no primeiro semestre de 2023 (R\$485.093 no primeiro semestre de 2022) e R\$278.105 no 2º trimestre de 2023 (R\$ 239.152 no 2º trimestre de 2022), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada, serviço público e subsídio relativo ao Sistema de compensação de energia elétrica – SCEE, subsídio de compensação de geração distribuída, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$36.873 no primeiro semestre de 2023 (R\$251.489 no primeiro semestre de 2022) e R\$19.351 no 2º trimestre de 2023 (R\$175.399 no 2º trimestre de 2022), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida

pela Companhia na CCRBT; a receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no montante de R\$13 no primeiro semestre de 2023 (reversão de R\$5.433 no primeiro semestre de 2022) e R\$21 no 2º trimestre de 2023 (R\$52 no 2º trimestre de 2022); e a receita de R\$50.947 no 2º trimestre de 2023 referente aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Tributos sobre a receita				
ICMS (1)	2.242.895	3.640.421	96.439	39.938
Cofins	1.456.681	1.600.260	120.302	59.866
PIS/Pasep	316.253	348.960	26.121	12.997
Outros	3.144	2.597	-	-
	4.018.973	5.592.238	242.862	112.801
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	6.448	7.374	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	17.514	32.423	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	1.939.060	2.047.758	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	24.353	17.037	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	34.737	24.240	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	17.369	12.120	-	-
Encargos do consumidor – Proinfa	32.871	40.305	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	17.719	15.497	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	24.317	20.623	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	-	(251.821)	-	-
CDE sobre P&D	10.384	7.205	-	-
CDE sobre PEE	5.531	10.239	-	-
	2.130.303	1.983.000	-	-
Total	6.149.276	7.575.238	242.862	112.801

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Tributos sobre a receita				
ICMS (1)	1.290.057	1.768.366	51.495	30.705
Cofins	701.263	936.214	59.235	35.868
PIS/Pasep	156.146	203.952	12.863	7.787
Outros	1.767	1.156	-	-
	2.149.233	2.909.688	123.593	74.360
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	3.124	3.632	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	8.706	16.204	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	988.642	1.038.461	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	11.740	8.454	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	16.771	12.029	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	8.386	6.015	-	-
Encargos do consumidor – Proinfa	16.963	20.815	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	8.958	7.894	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	11.693	8.876	-	-
CDE sobre P&D	5.032	3.575	-	-
CDE sobre PEE	2.750	5.117	-	-
	1.082.765	1.131.072	-	-
Total	3.231.998	4.040.760	123.593	74.360

- (1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195, na qual determinou-se a suspensão dos efeitos do art. 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluía os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Com isto, a Cemig ajustou o seu procedimento em função da decisão mencionada.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica e gás

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de Itaípu Binacional	572.886	803.911	-	-
Contratos por cotas de garantia física	454.940	436.189	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	179.835	178.596	-	-
Energia de curto prazo	251.339	229.815	15.182	10.977
Proinfa	255.789	302.827	-	-
Contratos bilaterais	252.724	236.746	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	1.918.018	1.453.702	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	2.491.099	2.533.315	1.041.825	553.164
Geração distribuída	1.110.401	926.230	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(574.571)	(551.988)	(97.773)	(52.183)
	6.912.460	6.549.343	959.234	511.958
Encargos de uso da rede básica				
Encargos de transmissão - Rede básica	1.537.759	1.563.729	-	-
Encargos de distribuição	28.422	25.090	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(161.150)	(160.117)	-	-
	1.405.031	1.428.702	-	-
Gás comprado para revenda	1.187.245	1.255.844	-	-
Total	9.504.736	9.233.889	959.234	511.958

(1) A energia adquirida no ambiente livre pela Controladora decorre dos contratos transferidos pela Cemig GT, como resultado do processo de segregação parcial do negócio de comercialização de energia da Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de Itaípu Binacional	310.711	409.856	-	-
Contratos por cotas de garantia física	228.692	221.471	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	89.918	89.298	-	-
Energia de curto prazo	141.020	136.051	7.694	11.197
Proinfa	127.895	151.413	-	-
Contratos bilaterais	127.295	126.663	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	980.749	828.069	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	1.265.440	1.302.375	541.316	290.507
Geração distribuída	491.669	472.641	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(294.996)	(291.876)	(50.783)	(27.908)
	3.468.393	3.445.961	498.227	273.796
Encargos de uso da rede básica				
Encargos de transmissão - Rede básica	771.005	610.978	-	-
Encargos de distribuição	14.644	13.532	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(80.799)	(64.340)	-	-
	704.850	560.170	-	-
Gás comprado para revenda	572.442	692.063	-	-
Total	4.745.685	4.698.194	498.227	273.796

b) Custos de construção de infraestrutura

	Consolidado	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Pessoal e administradores	67.514	55.996
Materiais	884.950	737.810
Serviços de terceiros	588.890	418.458
Outros	126.167	50.158
Total	1.667.521	1.262.422

	Consolidado	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Pessoal e administradores	41.691	25.645
Materiais	498.454	456.355
Serviços de terceiros	338.388	260.950
Outros	85.707	28.210
Total	964.240	771.160

c) Outros custos e despesas operacionais

	Consolidado								Total Jan a Jun/2023	Total Jan a Jun/2022
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais			
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022		
Pessoal	498.757	502.093	-	-	157.673	172.121	-	-	656.430	674.214
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	4.236	3.104	70.536	70.746	74.772	73.850
Obrigações pós-emprego (nota 22)	-	-	-	-	-	-	260.879	304.765	260.879	304.765
Materiais	47.389	36.215	-	-	12.670	17.084	-	-	60.059	53.299
Serviços de terceiros	813.439	651.843	-	-	110.916	121.273	-	-	924.355	773.116
Depreciação e amortização	598.578	534.720	-	-	7.351	37.209	-	-	605.929	571.929
Provisões e ajustes para perdas operacionais	155.421	1.530.554	-	-	-	-	90.618	10.081	246.039	1.540.635
Perda por redução ao valor recuperável (1)	-	-	-	-	-	-	45.791	-	45.791	-
Perdas de créditos esperadas	-	-	29.192	133.458	-	-	-	-	29.192	133.458
Baixa de ativo financeiro (nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	171.774	-	171.774
Ganho na alienação de investimento (nota 14)	-	-	-	-	-	-	(30.487)	(6.644)	(30.487)	(6.644)
Outros custos e despesas operacionais	76.411	57.118	-	-	34.997	7.598	97.176	31.723	208.584	96.439
Total	2.189.995	3.312.543	29.192	133.458	327.843	358.389	534.513	582.445	3.081.543	4.386.835

- (1) Refere-se ao reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável das usinas da Cemig GT que estão em processo de alienação. Mais detalhes na nota explicativa nº 31.
- (2) Em 2023 foi registrada multa regulatória no montante de R\$10.660, cobrada em face de fiscalização da Aneel em 2019 para verificar os procedimentos e critérios adotados pela Cemig D na aplicação das condições referentes às disposições regulamentares estabelecidas para Micro e Minigeração Distribuída; e compensações financeiras por atraso dos serviços comerciais decorrentes de alterações na Resolução Normativa Aneel nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, no montante de R\$62.103. Essas despesas estão classificadas como Outras despesas operacionais.

	Controladora						Total Jan a Jun/2023	Total Jan a Jun/2022
	PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais			
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022		
Pessoal	-	-	9.432	9.645	-	-	9.432	9.645
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	4.236	-	1.669	2.513	5.905	2.513
Obrigações pós-emprego (nota 22)	-	-	-	-	36.063	37.215	36.063	37.215
Materiais	-	-	13	32	-	-	13	32
Serviços de terceiros	-	-	7.477	9.272	-	-	7.477	9.272
Depreciação e amortização	-	-	321	733	-	-	321	733
Provisões e ajustes para perdas operacionais	-	-	-	-	22.842	16.126	22.842	16.126
Perdas de créditos esperadas	134	-	-	-	-	-	134	-
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	-	-	1.040	2	563	(3.686)	1.603	(3.684)
Total	134	-	22.519	19.684	61.137	52.168	83.790	71.852

	Consolidado								Total Abr a Jun/2023	Total Abr a Jun/2022
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais			
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022		
Pessoal	239.402	273.827	-	-	81.831	96.820	-	-	321.233	370.647
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	4.236	3.104	32.409	33.596	36.645	36.700
Obrigações pós-emprego (nota 22)	-	-	-	-	-	-	157.841	151.285	157.841	151.285
Materiais	22.951	20.733	-	-	7.875	12.314	-	-	30.826	33.047
Serviços de terceiros	402.450	327.943	-	-	54.459	65.424	-	-	456.909	393.367
Depreciação e amortização	299.320	269.528	-	-	3.943	18.492	-	-	303.263	288.020
Provisões e ajustes para perdas operacionais	86.476	1.454.237	-	-	-	-	46.027	(33.867)	132.503	1.420.370
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	(335)	-	(335)	-
Perdas de créditos esperadas	-	-	21.266	90.366	-	-	-	-	21.266	90.366
Baixa de ativo financeiro	-	-	-	-	-	-	-	171.774	-	171.774
Ganho na alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	-	(6.644)	-	(6.644)
Outros custos e despesas operacionais	39.620	42.025	-	-	16.828	6.487	86.603	17.376	143.051	65.888
Total	1.090.219	2.388.293	21.266	90.366	169.172	202.641	322.545	333.520	1.603.202	3.014.820

Controladora							Total Abr a Jun/2023	Total Abr a Jun/2022
	PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais			
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022		
Pessoal	-	-	2.772	2.636	-	-	2.772	2.636
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	4.236	-	(2.332)	(1.243)	1.904	(1.243)
Obrigações pós-emprego (nota 22)	-	-	-	-	19.058	18.554	19.058	18.554
Materiais	-	-	7	26	-	-	7	26
Serviços de terceiros	-	-	3.239	5.839	-	-	3.239	5.839
Depreciação e amortização	-	-	153	338	-	-	153	338
Provisões e ajustes para perdas operacionais	-	-	-	-	13.677	1.316	13.677	1.316
Perdas de créditos esperadas	134	-	-	-	-	-	134	-
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	-	-	-	2	2.567	960	2.567	962
Total	134	-	10.407	8.841	32.970	19.587	43.511	28.428

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	203.977	171.153	19.392	33.512
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	148.531	198.228	1.905	222
Variações cambiais – Itaipu Binacional	13.111	32.213	-	-
Variações cambiais - Empréstimos e debêntures	301.310	342.500	-	-
Variação monetária	57.527	44.340	151	4.485
Variação monetária – CVA	92.078	111.216	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	37.776	33.793	8.826	6.730
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras (1)	(91.863)	(47.570)	(62.894)	(28.948)
Rendas de antecipação de pagamento	1.512	1.449	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	-	15.194	3.024
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (2)	8.769	-	19.748	9.282
Outras receitas financeiras (3)	52.408	30.189	1.363	2.883
	825.136	917.511	3.685	31.190
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 22)	(475.719)	(459.668)	-	(3.123)
Amortização do custo de transação	(6.198)	(3.210)	-	-
Variação monetária – Empréstimos e debêntures	(93.543)	(142.838)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(14.431)	(30.273)	(710)	(1.489)
Perdas com instrumentos financeiros - Swap	(162.735)	(402.027)	-	-
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	-	(356.588)	-	-
Variação monetária de arrendamento	(17.448)	(12.473)	(140)	(130)
Despesas financeiras P&D e PEE	(20.151)	(16.722)	-	-
Outras despesas financeiras	(101.015)	(50.498)	(1.648)	(46)
	(891.240)	(1.474.297)	(2.498)	(4.788)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(66.104)	(556.786)	1.187	26.402

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	105.994	97.495	9.242	18.199
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	80.027	102.853	1.461	67
Variações cambiais – Itaipu Binacional	11.222	8.248	-	-
Variações cambiais - Empréstimos e debêntures	197.496	-	-	-
Varição monetária	48.074	27.125	61	887
Varição monetária – CVA	65.468	59.217	-	-
Varição monetária de depósitos vinculados a litígios	22.382	18.908	5.202	3.823
Ganhos com instrumentos financeiros - Swap	-	54.620	-	-
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras (1)	(48.675)	(23.144)	(32.190)	(15.541)
Rendas de antecipação de pagamento	483	980	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	-	8.852	2.004
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (2)	-	-	13.939	5.128
Outras receitas financeiras (3)	29.660	16.629	667	1.214
	512.131	362.931	7.234	15.781
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 21)	(233.372)	(235.945)	-	(1.723)
Amortização do custo de transação	(2.656)	(1.610)	-	-
Variações cambiais - Empréstimos e debêntures	-	(500.200)	-	-
Varição monetária – Empréstimos e debêntures	(21.593)	(77.589)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(6.177)	(16.233)	(304)	(797)
Perdas com instrumentos financeiros - Swap	(150.010)	-	-	-
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(16.779)	(356.213)	-	-
Varição monetária de arrendamento	(8.945)	(6.188)	(70)	(65)
Despesas financeiras P&D e PEE	(9.892)	(9.409)	-	-
Outras despesas financeiras	(22.897)	(30.493)	(1.556)	(8)
	(472.321)	(1.233.880)	(1.930)	(2.593)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	39.810	(870.949)	5.304	13.188

- (1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.
- (2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido.
- (3) Inclui atualização financeira, no montante de R\$14.203, sobre os depósitos judiciais recebidos pela Companhia em decorrência de determinação judicial no âmbito de procedimento arbitral. Mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões: Discussão sobre faturamento de energia.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS (1)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Operações com energia elétrica (4)								
Aliança Geração	4.245	4.070	17.181	18.567	24.519	29.554	(106.134)	(108.241)
Norte Energia	2.389	2.352	29.750	37.900	13.952	12.614	(134.538)	(164.275)
Paracambi	-	-	2.758	2.476	-	-	(14.436)	(18.304)
Hidrelétrica Pipoca	-	108	4.562	3.491	891	-	(27.524)	(24.863)
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	864	-	-	-
Taesa	-	24	10.561	12.226	146	133	(71.887)	(67.476)
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais (2)	42.697	36.558	-	-	87.050	85.851	-	-
Prestação de serviços								
Aliança Geração (5)	718	673	-	-	3.105	2.075	-	-
Taesa (5)	210	125	-	-	748	567	-	-
Contas a receber - AFAC								
Governo do Estado de Minas Gerais (3)	13.366	13.366	-	-	15.194	-	-	-
Outros créditos								
FIP Melbourne (7)	240.860	160.643	-	-	-	-	-	-
Contingências								
Aliança Geração (6)	-	-	56.822	54.905	-	-	(1.917)	(2.546)
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Retiro Baixo	-	5.867	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia	11.579	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	3.882	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS (1)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	-	3.867	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	497.567	291.598	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.187.420	1.730.105	-	-	60.317	65.299	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	3.988	6.533	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	212.657	198.569	-	-	(136.059)	(142.409)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (9)	-	-	-	-	-	-	(38.909)	(38.273)
Custeio administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(19.440)	(17.371)
Arrendamento operacional (11)	-	-	24.842	25.607	-	-	(16.557)	(15.188)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	2.095.496	2.119.052	-	-	-	-
Arrendamento operacional (11)	174.114	177.984	174.911	178.661	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	223.529	218.040	-	-	(196.212)	(192.630)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	3.126.128	3.156.322	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 14);
- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia;
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 09;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$143 milhões (R\$156 milhões em 31 de dezembro de 2022), cabendo à Cemig o valor de R\$50 milhões (R\$55 milhões em 31 de dezembro de 2022);
- Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022 (vide nota explicativa nº 14);
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 22);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2022, o contrato de aluguel foi reajustado em 8,72%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Cemig GT	-	-	942.479	1.406.958
Cemig D	-	-	1.187.872	1.183.846
Gasmig	-	-	-	55.170
Sete Lagoas Transmissora	-	-	3.801	3.801
Aliança Geração	56.884	126.634	-	-
Taesa	5.646	5.646	5.646	5.646
Cemig SIM	-	-	-	-
Outras	11.591	13.628	12	12
Total	74.121	145.908	2.139.810	2.655.433

- As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/06/2023	Vencimento
Norte Energia (NESA) (1)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.597.565	2042
Norte Energia S.A (NESA)/Light (2)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Debêntures	81.620	2030
				3.362.800	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Contragarantia emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.

Em 30 de junho de 2023, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis anuais da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e controlada em conjunto aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
Remuneração	13.538	14.083
Participação nos resultados	(102)	1.083
Previdência privada	1.243	1.178
Planos de saúde e odontológico	102	108
Seguro de vida	14	33
Total	14.795	16.485

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	30/06/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários		509.537	509.537	379.390	379.390
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		4.735.391	4.735.391	4.812.880	4.812.880
Fundos vinculados		13.258	13.258	15.933	15.933
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)		13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		890.810	890.810	944.090	944.090
Depósitos vinculados a litígios		1.214.964	1.214.964	1.206.595	1.206.595
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		3.017.041	3.017.041	2.950.418	2.950.418
Contas a receber - FIP Melbourne		240.860	240.860	160.643	160.643
		10.635.227	10.635.227	10.483.315	10.483.315
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	2.132.061	2.132.061	1.345.175	1.345.175
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	65.715	65.715	191.338	191.338
Letras Financeiras – Bancos	2	808.186	808.186	905.790	905.790
Letras Financeiras do Tesouro	1	298.347	298.347	401.659	401.659
		3.304.309	3.304.309	2.843.962	2.843.962
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	339.382	339.382	702.734	702.734
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.576.201	1.576.201	1.406.597	1.406.597
Indenizações a receber – Geração	3	737.406	737.406	691.460	691.460
		5.957.298	5.957.298	5.644.753	5.644.753
		16.592.525	16.592.525	16.128.068	16.128.068
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos e debêntures		(11.831.046)	(11.831.046)	(10.579.498)	(10.579.498)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)		(176.137)	(176.137)	(251.401)	(251.401)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(542.106)	(542.106)	(545.196)	(545.196)
Concessões a pagar		(27.887)	(27.887)	(27.291)	(27.291)
Fornecedores		(2.492.971)	(2.492.971)	(2.832.049)	(2.832.049)
Arrendamentos		(416.073)	(416.073)	(354.633)	(354.633)
		(15.486.220)	(15.486.220)	(14.590.068)	(14.590.068)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	3	(105.020)	(105.020)	(90.526)	(90.526)
Opções de venda (SAAG)	3	-	-	(672.416)	(672.416)
		(105.020)	(105.020)	(762.942)	(762.942)
		(15.591.240)	(15.591.240)	(15.353.010)	(15.353.010)

As informações sobre as (i) classificações dos instrumentos financeiros e valor justo; (ii) metodologia de cálculo do valor justo das posições; e, (iii) instrumentos financeiros – derivativos, estão divulgadas na nota explicativa 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b) Instrumentos financeiros

Opções de venda SAAG

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 10 de fevereiro de 2023, foi proferida a sentença do procedimento arbitral, condenando a Cemig GT ao pagamento integral relativo ao preço de exercício das opções constantes dos contratos.

Em 8 de maio de 2023, foi assinado o Instrumento de Transação (“Acordo”), entre a Cemig GT e as fundações de previdência complementar (“Fundações”), as quais participaram da estrutura de investimento na Usina de Santo Antônio por meio da SAAG (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”).

O valor total do acordo foi de R\$780 milhões, tendo sido liquidado pela Cemig GT em 12 de maio de 2023. Um efeito adicional de R\$25 milhões, referente à variação do valor justo do passivo até a data de sua liquidação, foi registrado no segundo trimestre de 2023.

O movimento do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	672.416
Varição do valor justo	57.801
Ativos correlatos (1)	50.131
Liquidação	(780.348)
Saldo em 30 de junho de 2023	-

(1) Com a aquisição das cotas então detidas pelas Fundações na Estrutura de Investimento, a Cemig GT passou a ser detentora dos ativos correlatos, que somam aproximadamente R\$50 milhões. Esse montante está reconhecido na rubrica de Outros Créditos no Balanço Patrimonial.

Operações de Swap, opções de moeda e NDF

Considerando que parte dos empréstimos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”, opções de moeda e NDF) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

O instrumento financeiro derivativo contratado tem o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em junho de 2023, aconteceu a liquidação semestral de juros do swap, com resultado negativo de R\$67.840 e saída de caixa nesse mesmo valor (negativo de R\$35.505 no primeiro semestre de 2022 e saída de caixa nesse mesmo valor). Ainda no mês de junho de 2023, ocorreu o desmonte parcial do hedge no montante de US\$368.890 mil, com resultado positivo de R\$282.951 e entrada líquida de caixa de R\$240.508.

A Cemig GT contratou, em 13 de abril de 2023 e 14 de junho de 2023, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$392 milhões, travando o dólar em R\$5,1110. O instrumento contratado foi uma NDF (*Non Deliverable Forward*), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Cemig GT uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 05 de dezembro de 2023.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
					Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	106.848	(19.362)
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	108.264	(16.143)
					215.112	(35.505)

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 30 de junho de 2023, no montante de R\$162.735 (ajuste negativo de R\$402.027 em 30 de junho de 2022), registrado no resultado financeiro.

A Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 30/06/2023	Valor justo 30/06/2023	Valor conforme contrato 31/12/2022	Valor justo 31/12/2022
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 152,01% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$120.000	193.197	139.658	428.134	272.846
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$261.110	260.415	170.631	568.487	339.362
US\$ variação cambial superior a R\$5,1110	US\$ variação cambial inferior a R\$5,1110	05 de dezembro 2023	Balcão	US\$392.244	(114.470)	(75.927)	-	-
					339.142	234.362	996.621	612.208
Ativo não circulante						339.382		702.734
Passivo circulante						(105.020)		(90.526)

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL. Contudo, não protege a parcela de IRRF incidente sobre o pagamento dos juros.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos *Eurobonds*, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como

parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 30 de junho de 2023 foi de R\$234.362 (R\$612.208 em 31 de dezembro de 2022), que seria uma referência caso a Cemig GT efetuasse a liquidação dos derivativos em 30 de junho de 2023. Porém, os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em dezembro de 2024 e representam o saldo contratual (*accrued*) de R\$339.142 em 30 de junho de 2023 (R\$996.621 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Cemig GT estima que em um cenário provável o seu resultado, em 30 de junho de 2024, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos, ao fim do período contábil, em R\$188.024. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$422.386, sendo um valor positivo de R\$430.442 referente à opção (*call spread*) e negativo de R\$8.056 referente ao *swap*.

A Companhia, a partir do cenário base observado em 30 de junho de 2023, mensurou os efeitos em seu resultado para os cenários provável e adverso, nos quais as projeções de taxas de juros e dólar americano são elevadas, simulando um estresse econômico.

Os resultados estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Cenário base 30/06/2023	Cenário provável Selic 9,75% Dólar R\$5,06	Cenário adverso Selic 14,50% Dólar R\$6,00
Swap ponta ativa	1.440.147	1.418.470	1.407.958
Swap ponta passiva	(1.473.842)	(1.426.526)	(1.440.871)
Opção/Call Spread	343.985	430.442	479.954
NDF	(75.928)	-	-
Instrumento derivativo de hedge	234.362	422.386	447.041

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descrito acima.

c) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa. Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foi descrita no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa. Para a Cemig D, esse risco é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/06/2023		31/12/2022	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos (nota 20)	(761.824)	(3.671.382)	(761.824)	(3.974.971)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(46.038)	(221.868)	(52.440)	(273.618)
	(807.862)	(3.893.250)	(814.264)	(4.248.589)
Passivo líquido exposto		(3.893.250)		(4.248.589)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2024 será uma valorização de 3,34% para o dólar norte-americano (R\$4,98). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,98	Cenário adverso Dólar R\$5,9879
Dólar Norte-Americano			
Empréstimos (nota 20)	(3.671.382)	(3.793.883)	(4.561.726)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(221.868)	(229.271)	(275.673)
Passivo líquido exposto	(3.893.250)	(4.023.154)	(4.837.399)
Efeito líquido da variação cambial		(129.904)	(944.149)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 30 de junho de 2023. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 4) - CDI	2.132.061	1.345.175
Títulos e valores mobiliários (nota 5) - CDI/Selic	1.681.785	1.878.177
Indenizações a receber – Geração	737.406	691.460
Fundos vinculados - CDI	13.258	15.933
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 12)	890.810	944.090
	5.455.320	4.874.835
Passivos		
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 20)	(3.790.678)	(2.041.000)
	(3.790.678)	(2.041.000)
Ativo líquido exposto	1.664.642	2.833.835

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 10,75% e a taxa TJLP será de 6,39% em 30 de junho de 2024. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	30/06/2023	30/06/2024	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 10,75% TJLP 6,39%	Cenário adverso Selic 8,25% TJLP 5,19%
Ativos			
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 4)	2.132.061	2.361.258	2.307.956
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	1.681.785	1.862.577	1.820.532
Fundos vinculados	13.258	14.683	14.352
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 12)	890.810	986.572	964.302
	4.717.914	5.225.090	5.107.142
Passivos			
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 20)	(3.790.678)	(4.198.176)	(4.103.409)
	(3.790.678)	(4.198.176)	(4.103.409)
Ativo exposto líquido	927.236	1.026.914	1.003.733
Efeito líquido da variação das taxas de juros		99.678	76.497

Risco de elevação da inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 30 de junho de 2023, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à inflação	30/06/2023	31/12/2022
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	1.576.201	1.406.597
Bonificação de outorga – IPCA (nota 12)	3.017.041	2.950.418
	4.593.242	4.357.015
Passivos		
Empréstimos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 20)	(4.436.880)	(4.629.992)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(176.137)	(251.401)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(542.106)	(545.196)
	(5.155.123)	(5.426.589)
Passivo líquido	(561.881)	(1.069.574)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,52% e a taxa de IGPM será de 1,94% em 30 de junho de 2024, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Consolidado	30/06/2023	30/06/2024	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,52% IGPM 1,94%	Cenário adverso IPCA 6,35% IGPM 5,49%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	1.538.165	1.607.690	1.635.838
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de Gás – IGPM	38.036	38.774	40.124
Bonificação de outorga – IPCA (nota 12)	3.017.041	3.153.411	3.208.623
	4.593.242	4.799.875	4.884.585
Passivos			
Empréstimos e debêntures- IPCA e IGP-DI (nota 20)	(4.436.880)	(4.637.427)	(4.718.622)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(176.137)	(184.098)	(187.322)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(542.106)	(566.609)	(576.530)
	(5.155.123)	(5.388.134)	(5.482.474)
Passivo líquido	(561.881)	(588.259)	(597.889)
Efeito líquido da variação da inflação		(26.378)	(36.008)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

As informações sobre como a Companhia administra o risco de liquidez estão divulgadas na nota explicativa nº 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas*						
Empréstimos e debêntures	56.970	477.440	1.206.764	9.338.970	885.348	11.965.492
Concessões a pagar	358	705	3.020	13.364	17.466	34.913
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 22)	14.958	30.079	138.095	47.168	-	230.300
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 22)	6.619	13.340	61.256	357.490	391.434	830.139
	78.905	521.564	1.409.135	9.756.992	1.294.248	13.060.844
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.313.445	179.307	219	-	-	2.492.971
Total	2.392.350	700.871	1.409.354	9.756.992	1.294.248	15.553.815

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 17.

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas*						
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 22)	736	1.480	6.795	2.321		11.332
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 22)	326	656	3.014	17.589	19.259	40.844
	1.062	2.136	9.809	19.910	19.259	52.176
- Pré-fixadas						
Fornecedores	212.944	-	-	-	-	212.944
Total	214.006	2.136	9.809	19.910	19.259	265.120

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 17.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Total do passivo	30.928.429	31.887.571
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.182.819)	(1.440.661)
Fundos vinculados	(13.258)	(15.933)
Passivo líquido	28.732.352	30.430.977
Total do patrimônio líquido	23.614.635	21.783.266
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,22	1,40

Risco de crédito e outros riscos operacionais

As informações sobre como a Companhia administra: (i) o risco de crédito; (ii) o risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica; (iii) o risco de continuidade da concessão; e (iv) o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações detalhadas sobre os segmentos operacionais estão divulgadas na nota explicativa nº 5 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2023									
Descrição	Energia Elétrica				Participações / Holding	Total	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	1.276.674	544.436	3.766.303	10.926.394	1.843.642	18.357.449	(620.688)	(270.307)	17.466.454
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	23.309	(161)	(3.107.396)	(6.091.925)	(1.190.998)	(10.367.171)	620.688	241.747	(9.504.736)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(73.857)	(66.023)	(14.503)	(441.737)	(60.310)	(656.430)	-	-	(656.430)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(8.057)	(7.623)	(1.654)	(50.128)	(7.310)	(74.772)	-	-	(74.772)
Obrigações pós-emprego	(23.353)	(14.431)	(3.307)	(179.283)	(40.505)	(260.879)	-	-	(260.879)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(103.628)	(48.116)	(8.495)	(1.025.788)	(5.044)	(1.191.071)	-	28.560	(1.162.511)
Depreciação e amortização	(161.218)	120	(7)	(391.113)	(53.711)	(605.929)	-	-	(605.929)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(59.505)	(5.355)	143	(156.713)	(99.592)	(321.022)	-	-	(321.022)
Custos de construção da infraestrutura	-	(75.251)	-	(1.517.410)	(74.860)	(1.667.521)	-	-	(1.667.521)
Total do custo de operação	(429.618)	(216.679)	(27.823)	(3.762.172)	(341.332)	(4.777.624)	-	28.560	(4.749.064)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(406.309)	(216.840)	(3.135.219)	(9.854.097)	(1.532.330)	(15.144.795)	620.688	270.307	(14.253.800)
Resultado de equivalência patrimonial	(924)	-	-	-	223.246	222.322	-	-	222.322
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	869.441	327.596	631.084	1.072.297	534.558	3.434.976	-	-	3.434.976
Resultado financeiro	22.572	(2.008)	44.192	(80.782)	(50.078)	(66.104)	-	-	(66.104)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	892.013	325.588	675.276	991.515	484.480	3.368.872	-	-	3.368.872
Imposto de renda e contribuição social	(180.923)	(71.288)	(229.297)	(256.545)	12.769	(725.284)	-	-	(725.284)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	711.090	254.300	445.979	734.970	497.249	2.643.588	-	-	2.643.588
Participação dos acionistas controladores	711.090	254.300	445.979	734.970	495.882	2.642.221	-	-	2.642.221
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	1.367	1.367	-	-	1.367

(1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização.

(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).

(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2022									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	1.428.248	647.124	3.669.699	9.679.436	1.687.496	17.112.003	(823.731)	(227.444)	16.060.828
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(133.637)	(70)	(3.162.287)	(5.704.087)	(1.255.844)	(10.255.925)	823.731	198.305	(9.233.889)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(70.854)	(65.685)	(12.221)	(456.964)	(68.490)	(674.214)	-	-	(674.214)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(7.859)	(7.991)	(1.471)	(51.335)	(5.194)	(73.850)	-	-	(73.850)
Obrigações pós-emprego	(31.257)	(20.371)	(4.650)	(204.832)	(43.655)	(304.765)	-	-	(304.765)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(179.372)	(120.980)	(5.783)	(766.109)	(52.041)	(1.124.285)	-	29.261	(1.095.024)
Depreciação e amortização	(164.176)	120	(6)	(354.256)	(53.489)	(571.807)	-	(122)	(571.929)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(15.334)	(8.365)	(3.672)	(1.642.214)	(4.112)	(1.673.697)	-	-	(1.673.697)
Custos de construção da infraestrutura	-	(125.886)	-	(1.112.782)	(23.754)	(1.262.422)	-	-	(1.262.422)
Total do custo de operação	(468.852)	(349.158)	(27.803)	(4.588.492)	(250.735)	(5.685.040)	-	29.139	(5.655.901)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(602.489)	(349.228)	(3.190.090)	(10.292.579)	(1.506.579)	(15.940.965)	823.731	227.444	(14.889.790)
Resultado de equivalência patrimonial	69.731	2.629	-	-	448.536	520.896	-	-	520.896
Ganho na alienação de participação societária	-	-	-	-	6.644	6.644	-	-	6.644
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	895.490	300.525	479.609	(613.143)	636.097	1.698.578	-	-	1.698.578
Resultado financeiro	(78.347)	(50.963)	14.785	(307.585)	(134.676)	(556.786)	-	-	(556.786)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	817.143	249.562	494.394	(920.728)	501.421	1.141.792	-	-	1.141.792
Imposto de renda e contribuição social	(200.677)	(64.530)	(164.317)	396.375	396.804	363.655	-	-	363.655
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	616.466	185.032	330.077	(524.353)	898.225	1.505.447	-	-	1.505.447
Participação dos acionistas controladores	616.466	185.032	330.077	(524.353)	897.487	1.504.709	-	-	1.504.709
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	738	738	-	-	738

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações intra-segmentos entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações.

31. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

	Consolidado
Controlada em conjunto Retiro Baixo	190.547
Controlada em conjunto Baguari Energia	159.878
Usinas da subsidiária integral Horizontes	11.998
	362.423

Alienação de participação societária - Axxiom

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças (“CCVA”) para alienação de 49,0% de sua participação societária na Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) para a Light S.A. (“Light”), que detém 51,0% de participação remanescente.

Em 17 de abril de 2023, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária no capital social da Axxiom. O valor da operação é simbólico, de R\$1,00 (um real), com a liquidação de ativos e passivos da Axxiom.

Essa transação está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que prevê o desinvestimento de ativos não aderentes às atividades core do Grupo Cemig.

Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, a Cemig GT publicou o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da Horizontes Energia S.A., subsidiária integral da Cemig GT. O valor mínimo para o lote único dos ativos é de R\$48.185, com previsão para realização do leilão em 10 de agosto de 2023.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) (1)	Garantia física (MWm) (1)	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,28		
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,32		
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			41,20	22,05		

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a melhor alocação de capital.

Assim, em março de 2023, os ativos foram transferidos para o ativo circulante mantido para venda, nos termos do CPC 31 / IFRS 5, conforme segue:

Usina	Valor líquido contábil Ativo imobilizado e Intangível	Ativo mantido para venda
Cemig GT	46.126	-
CGH Bom Jesus do Galho	110	-
CGH Xicão	8.188	-
CGH Sumidouro	1.906	-
PCH São Bernardo	6.367	-
CGH Santa Marta	249	-
CGH Santa Luzia	995	-
CGH Salto Morais	798	-
PCH Rio de Pedras	21.943	-
CGH Pissarrão	1.423	-
CGH Lages	948	-
CGH Jacutinga	1.485	-
CGH Anil	1.713	-
Horizontes	7.212	7.212
CGH Salto do Paraopeba	-	-
CGH Salto Passo Velho	2.479	2.479
PCH Salto Voltão	4.733	4.733
Total	53.338	7.212

A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos imediatamente antes da classificação como ativo mantido para venda e reconheceu no resultado uma provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$46.126. A estimativa do valor em uso foi determinada por meio de fluxo de caixa do acionista descontado a IPCA + uma taxa que varia entre 5% e 10%. O horizonte de projeção considera os prazos dos contratos de cada uma das usinas.

Subsequentemente, os ativos foram classificados como mantidos para venda tendo sido mensurados pelo menor valor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, sendo o saldo do ativo mantido para a venda no montante de R\$7.212, nos termos do item 15 do CPC 31, não tendo sido reconhecidos efeitos no resultado. Adicionalmente, no segundo trimestre de 2023, ocorreu o aumento de R\$4.786 no ativo mantido para venda, correspondente a obras em andamento de modernização da PCH Salto Voltão.

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A Companhia continua operando no negócio de geração de energia.

Celebração de CCVA para alienação de Retiro Baixo e Baguari Energia pela Cemig GT

Operação 1

Em 14 de abril de 2023, foram celebrados os Contratos de Compra e Venda de Ações (CCVA) para a alienação da totalidade da participação detida pela Cemig GT em suas controladas em conjunto Retiro Baixo e Baguari Energia para Furnas Centrais Elétricas, conforme segue:

- (i) Por R\$200,4 milhões, a participação de 49,9% detida pela Companhia no capital social total de Retiro Baixo, que explora a Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 81,1 MW e 34,8 MW de garantia física;
- (ii) Por R\$393 milhões, a participação indireta de 34% detida pela Companhia no Consórcio UHE Baguari, que explora a Usina Hidrelétrica Baguari, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 140 MW e 81,9 MW de garantia física, representando 69,39% do capital social total de Baguari Energia.

Os valores serão corrigidos por 100% do CDI, desde a data base de 31 de dezembro de 2022, até o seu efetivo pagamento no fechamento das transações.

Em abril de 2023, os ativos foram classificados como mantidos para venda, pelo valor contábil, nos termos do item 15 do CPC 31/IFRS 15 e, assim, sem efeitos no resultado.

Ativos classificados como mantidos para venda	Valor contábil em 30/04/2023 - R\$ mil	Valor justo líquido das despesas de venda - R\$ mil
Baguari Energia	159.878	199.772
Retiro Baixo	190.547	392.475
Total	350.425	592.247

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

Operação 2

Em 30 de maio de 2023, foi celebrado o CCVA para a aquisição da totalidade das ações da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., empresa controlada pela Neoenergia S.A., pelo montante de R\$453,9 milhões, formalizando o direito de preferência exercido pela Baguari Energia.

A Baguari Energia e Baguari I possuem 49% e 51% de participação no Consórcio UHE Baguari, respectivamente.

Com a conclusão da Operação 1, a Cemig GT não fará mais parte do capital social da Baguari Energia e, conseqüentemente, da participação do consórcio UHE Baguari. Caso a conclusão Operação 2 ocorra anteriormente à Operação 1, a Cemig GT participará do aumento de capital na Baguari Energia, na proporção de sua participação, para aquisição de 100% da Baguari I, sendo que, ao final das duas operações, a Cemig GT alienará para Furnas a totalidade de sua participação no Consórcio Baguari.

O valor adicional referente à integralização, conforme aplicável, será corrigido pela variação de 100% do CDI a partir da data de integralização até o seu efetivo pagamento.

O fechamento das referidas operações está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais a esse tipo de transação.

32. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que, por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente à gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Relatório Final dos trabalhos da CPI e encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento, não houve definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados da CPI.

Quanto aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares, não tendo sido identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias do primeiro semestre de 2023 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Desempenho Consolidado

Lucro líquido do trimestre

A Cemig apresentou um lucro líquido de R\$1.245.382 no segundo trimestre de 2023 em comparação a um lucro líquido de R\$49.876 no mesmo período de 2022.

As principais variações em receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas de forma segregada por segmento na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

O Lajida consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 3,82% no segundo trimestre de 2023, em comparação ao mesmo período de 2022, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 22,03% no segundo trimestre de 2022 para 21,30% no segundo trimestre de 2023.

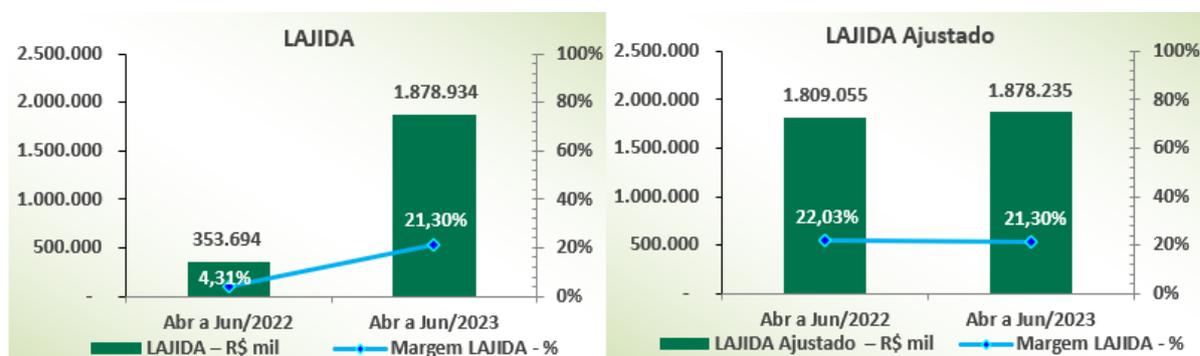
Lajida - Abr a Jun/2023	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Holding / Participações	Total
Resultado do período	362.695	99.390	213.386	365.437	204.474	1.245.382
Despesa de imposto de renda e contribuição social	79.933	35.403	121.145	137.575	(3.957)	370.099
Resultado financeiro	(10.055)	1.359	(28.664)	(11.565)	9.115	(39.810)
Depreciação e amortização	80.078	(121)	3	196.873	26.430	303.263
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	512.651	136.031	305.870	688.320	236.062	1.878.934
Efeitos não recorrentes e não caixa						
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(699)	(699)
Lajida ajustado (2)	512.651	136.031	305.870	688.320	235.363	1.878.235

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Lajida - Abr a Jun/2022	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Holding / Participações	Total
Resultado do período	148.733	8.567	153.703	(900.279)	639.152	49.876
Despesa de imposto de renda e contribuição social	32.704	(18.803)	68.982	(524.405)	(413.629)	(855.151)
Resultado financeiro	200.088	122.465	(4.441)	332.388	220.449	870.949
Depreciação e amortização	82.301	1	3	178.881	26.834	288.020
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	463.826	112.230	218.247	(913.415)	472.806	353.694
Efeitos não recorrentes e não caixa						
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(356)	(356)
Ganho na alienação de investimento	-	-	-	-	(60.000)	(60.000)
Devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	-	-	1.660.356	-	1.660.356
Ajuste de valor justo de ativo financeiro	171.770	-	-	-	-	171.770
TARD relativo à infraestrutura	-	-	-	(145.493)	-	(145.493)
Reversão de provisão para perdas	-	-	-	-	(170.916)	(170.916)
Lajida ajustado (2)	635.596	112.230	218.247	601.448	241.534	1.809.055

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu

- desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



Receita operacional

A composição da receita é conforme segue:

	Consolidado	
	Abr a Jun/2023	Abr a Jun/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica	7.528.639	7.844.552
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	1.118.367	912.976
CVA e outros componentes financeiros	(164.649)	(271.933)
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	561.518	498.773
Receita de transmissão		
Receita de operação e manutenção	95.764	126.485
Receita de construção de transmissão	69.802	100.873
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	107.485	204.563
Receita de indenização da geração	23.469	-
Receita de construção de distribuição	915.822	695.971
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	46.731	19.030
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	94.837	161.268
Liquidação na CCEE	14.002	16.889
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	-	66.855
Fornecimento de gás	1.073.563	1.113.427
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(32.910)	(19.305)
Outras receitas operacionais	599.075	783.716
Tributos e encargos incidentes sobre a receita	(3.231.998)	(4.040.760)
Receita operacional líquida	8.819.517	8.213.380

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.528.639 no segundo trimestre de 2023, em comparação a R\$7.844.552 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 4,03%.

	Abr a Jun/2023			Abr a Jun/2022			Variação %	
	MWh (2)	R\$ (Mil)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$ (Mil)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	2.944.206	2.531.656	859,88	2.768.128	2.724.030	984,07	6,36	(7,06)
Industrial	4.595.472	1.475.346	321,04	4.597.875	1.520.467	330,69	(0,05)	(2,97)
Comércio, serviços e outros	2.424.104	1.597.321	658,93	2.307.390	1.655.806	717,61	5,06	(3,53)
Rural	805.325	538.750	668,98	844.733	541.861	641,46	(4,67)	(0,57)
Poder público	239.549	186.873	780,10	223.437	176.026	787,81	7,21	6,16
Iluminação pública	267.837	126.351	471,75	285.585	136.207	476,94	(6,21)	(7,24)
Serviço público	252.158	167.976	666,15	351.948	220.138	625,48	(28,35)	(23,70)
Subtotal	11.528.651	6.624.273	574,59	11.379.096	6.974.535	612,93	1,31	(5,02)
Consumo Próprio	7.370	-	-	6.857	-	-	7,48	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(47.525)	-	-	(26.837)	-	-	77,09
	11.536.021	6.576.748	574,59	11.385.953	6.947.698	612,93	1,32	(5,34)
Suprimento a outras concessionárias (2)	4.136.944	969.884	234,44	3.847.121	884.910	230,02	7,53	9,60
Suprimento não faturado líquido	-	(17.993)	-	-	11.944	-	-	(250,64)
Total	15.672.965	7.528.639	484,77	15.233.074	7.844.552	516,18	2,89	(4,03)

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(3) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

As principais variações nos volumes de energia das classes de consumo estão descritas a seguir:

- redução de 4,67% na quantidade de energia faturada para os consumidores da classe rural devido, principalmente, à redução na quantidade de consumidores e à migração de clientes para a mini e micro geração distribuída;
- apesar do aumento de 6,36% na quantidade de energia faturada para os consumidores residenciais, houve uma redução de 7,06% na receita operacional para essa classe de consumidores. A redução da alíquota do ICMS em 2022 gerou redução na tarifa de energia;
- redução de 6,21% na quantidade de energia faturada para a classe de iluminação pública devido, principalmente, à substituição de lâmpadas comuns para lâmpadas de LED;

Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica no segundo trimestre de 2023 em função da fixação da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo no limite máximo de 18%.

Receita de uso da rede – Consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2023, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.118.367, comparada a R\$912.976 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 22,50%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 22,82% na tarifa média sobre os clientes livres no segundo trimestre de 2023, comparado ao mesmo período de 2022. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 3,29% na energia transportada no segundo trimestre de 2023, em comparação ao mesmo período de 2022.

CVA e outros componentes financeiros

No segundo trimestre de 2023, foi reconhecida uma redução da receita no montante de R\$164.649, em comparação à uma redução da receita no montante de R\$271.933 no mesmo período de 2022. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos dos encargos de uso da rede básica de transmissão e energia elétrica comprada para revenda, em relação à cobertura concedida no último processo tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12.3 destas informações contábeis intermediárias.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

A Companhia registrou um ajuste na receita referente à realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R\$561.518 no segundo trimestre de 2023 comparada a R\$498.773 no mesmo período de 2022. Essa recomposição da receita decorre da tarifa da Cemig D, vigente no período de junho de 2022 a maio de 2023, estar com o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de Pis/Pasep e Cofins. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 19.

Receita de concessão da transmissão

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- a receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$95.764 no segundo trimestre de 2023, em comparação a R\$126.485 no mesmo período de 2022;
- as receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$69.802 no segundo trimestre de 2023, comparados a R\$100.873 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 30,80%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos no segundo trimestre de 2023 em comparação ao mesmo período de 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos;
- redução de 47,46% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$107.485 no segundo trimestre de 2023 e R\$204.563 no mesmo período de 2022. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi positiva em 0,76% no segundo trimestre de 2023 comparada à uma variação positiva de 2,22% no segundo trimestre de 2022, base para a remuneração do contrato.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 13.

Receita de construção de distribuição

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$915.822 no segundo trimestre de 2023, comparados a R\$695.971 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 31,59%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao período anterior, com maior mobilização de equipes na etapa de construção, somado ao aumento no custo médio das obras, com elevação dos preços de diversos materiais e serviços no período atual.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Cemig D, no exercício, em ativos da concessão.

Fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.073.563 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$1.113.427 no mesmo período de 2022. Esta variação decorre, basicamente, do aumento da margem, ocorrido em 2023, que refletiu na tarifa.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$3.231.998 no segundo trimestre de 2023, comparados a R\$4.040.760 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 20,02%. Essa redução decorre, substancialmente, da redução da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo, conforme já mencionado.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$7.313.127 no segundo trimestre de 2023, comparados a R\$8.484.174 no mesmo período de 2022.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 27 destas informações contábeis intermediárias.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.468.393 no segundo trimestre de 2023, comparado a R\$3.445.961 no mesmo período de 2022. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 18,44% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$980.749 no segundo trimestre de 2023, comparado a R\$828.069 no mesmo período de 2022. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novo leilão;

- redução de 24,19% no custo com energia binacional de Itaipu, sendo de R\$310.711 no segundo trimestre de 2023, comparado a R\$409.856 no mesmo período de 2022. Essa redução decorre, principalmente, da redução no preço da demanda de Itaipu, em dólar, de US\$24,73/KW para US\$16,19KW, definida por resolução;
- aumento de 4,03% no custo com geração distribuída, sendo de R\$491.669 no segundo trimestre de 2023, comparado a R\$472.641 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras e do aumento na quantidade de energia injetada.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 26a destas informações contábeis intermediárias.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$704.850 no segundo trimestre de 2023, comparados a R\$560.170 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 25,83%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela entrada em operação dos contratos de energia de reserva decorrentes do Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 (PCS), com consequente aumento dos encargos de energia de reserva no período.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 12.3 destas informações contábeis intermediárias.

Gás comprado para revenda

A despesa com gás comprado para revenda foi de R\$572.442 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$692.063 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 17,28%. Esta variação decorre, basicamente, da redução do volume de gás comprado para revenda no segundo trimestre de 2023, quando comparado com o mesmo período de 2022, como também da variação do custo do gás comprado para revenda em 2023.

Serviço de terceiros

Os gastos com serviços de terceiros foram de R\$456.909 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$393.367 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 16,15%. As principais variações que explicam esse aumento são:

- aumento de 25,7% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$166.280 no segundo trimestre de 2023, comparado a R\$132.279 no mesmo período de 2022. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento de aproximadamente 20% no valor do serviço contratado, somado ao aumento de serviços de manutenção corretiva em 2023 devido ao período chuvoso mais prolongado;
- aumento de 47% na despesa com comunicação, sendo de R\$41.240 no segundo trimestre de 2023, comparada a R\$28.054 no mesmo período de 2022.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$132.503 no segundo trimestre de 2023, comparadas a R\$1.420.370 no mesmo período de 2022. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de provisão operacional no montante atualizado de R\$1.405.106, no segundo trimestre de 2022, decorrente dos efeitos contábeis da promulgação da Lei nº 14.385/22, a qual determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins.

Perdas de créditos esperadas (PCE)

Redução de 76,47% na perda esperada de créditos, que representou uma constituição de R\$21.266 no segundo trimestre de 2023, em comparação a R\$90.366 no mesmo período de 2022, em função, principalmente, da revisão das regras de mensuração das perdas, buscando uma maior aderência ao comportamento da inadimplência da Companhia e do aumento da quitação de débitos regulares por parte dos clientes.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R\$69.281 no segundo trimestre de 2023 em comparação a R\$336.468 no mesmo período de 2022. Esta variação está associada, principalmente, ao reconhecimento, no segundo trimestre de 2022, de reversão da provisão no montante de R\$170.916 referente às obrigações assumidas pela Cemig GT perante a investida Madeira Energia S.A. (usina Santo Antônio) em acordos de suportes e garantias.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 14.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$39.810 no segundo trimestre de 2023, em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$870.949 no mesmo período de 2022. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- despesa financeira líquida com atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, sendo R\$16.779 no segundo trimestre de 2023 e R\$356.213 no mesmo período de 2022;
- variação negativa do dólar em relação ao Real no segundo trimestre de 2023, de 7,64%, em comparação à variação positivo de 10,56% no segundo trimestre de 2022, gerando o registro de receitas no montante de R\$197.496 e despesas de R\$500.200 no segundo trimestre de 2023 e de 2022, respectivamente; e
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos *Eurobonds* apresentou variação negativa no segundo trimestre de 2023, no montante de R\$150.010, em comparação ao reconhecimento de ganhos no montante de R\$54.620 no segundo trimestre de 2022, decorrentes basicamente do aumento na curva de juros em relação a expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no primeiro trimestre de 2023 despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$370.099 em relação ao lucro de R\$1.615.481 antes dos efeitos fiscais, representando 22,91% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2022, a Companhia apurou receitas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$855.151 em relação ao prejuízo de R\$805.275 antes dos efeitos fiscais, representando 106,19% negativo de alíquota efetiva.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8d.

Desempenho por segmentos

Desempenho do segmento de Distribuição

A Cemig D apresentou, no segundo trimestre de 2023, lucro de R\$365.437 em comparação a um prejuízo de R\$900.279 no mesmo período de 2022. As principais variações na comparação dos resultados estão apresentadas a seguir:

Receita operacional líquida

No segundo trimestre de 2023, a receita operacional líquida foi de R\$5.549.457 em comparação a R\$4.931.119 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 12,54%, devido principalmente a:

- receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.097.880 no segundo trimestre de 2023, em comparação a R\$5.475.415 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 6,90%. Os principais impactos na receita são decorrentes da redução do preço médio do MWh faturado, e, adicionalmente, da redução na alíquota de ICMS no segundo semestre de 2022, com redução na tarifa de energia. Destaca-se que essa redução do ICMS não tem impacto no resultado da Companhia, pois a redução no faturamento bruto teve como contrapartida uma redução nos pagamentos de ICMS;
- receita de uso da rede – consumidores livres referente à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2023, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.125.668, comparada a R\$920.530 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 22,28%;
- os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.502.738 no segundo trimestre de 2023, comparados a R\$3.203.931 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 21,89%. Essa redução decorre, substancialmente, da redução significativa do ICMS constante nas tarifas de energia elétrica no segundo semestre de 2022 em função da fixação da alíquota de ICMS para todas as classes de consumo no limite máximo de 18%.

Custos com energia elétrica

No segundo trimestre de 2023, o custo com energia elétrica foi de R\$3.038.649 em comparação a R\$2.836.650 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 7,12%, devido principalmente a:

- aumento de 19,08% nos custos de energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo R\$995.113 no segundo trimestre de 2023 e R\$835.650 no mesmo período de 2022;
- aumento de 20,00% nos custos de energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo R\$545.733 no segundo trimestre de 2023 e R\$454.806 no mesmo período de 2022.

Custos de operação e de construção

Os custos de operação e de construção totalizaram R\$1.777.670 no segundo trimestre de 2023, comparados a R\$1.314.486 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 35,24%, devido principalmente a:

- aumento dos custos de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo R\$1.011.284 no segundo trimestre de 2023, comparados a R\$683.279 no mesmo período de 2022. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Cemig D em relação ao período anterior;

- aumento dos custos com serviços de terceiros, sendo R\$377.214 no segundo trimestre de 2023, comparados a R\$328.439 no mesmo período de 2022, devido, principalmente, pelo aumento dos gastos com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas informações contábeis intermediárias da Cemig D.

Desempenho do segmento de Transmissão

O segmento de transmissão apresentou um lucro líquido de R\$99.390 no segundo trimestre de 2023, em comparação ao lucro líquido de R\$8.567 no mesmo período de 2022.

Receita de concessão da transmissão

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- a receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$95.764 no segundo trimestre de 2023, em comparação a R\$126.485 no mesmo período de 2022;
- as receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$69.802 no segundo trimestre de 2023, comparados a R\$100.873 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 30,80%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos no segundo trimestre de 2023 em comparação ao mesmo período de 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, os quais apresentam menores custos;
- redução de 47,46% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$107.485 no segundo trimestre de 2023 e R\$204.563 no mesmo período de 2022. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi positiva em 0,76% no segundo trimestre de 2023 comparada à uma variação positiva de 2,22% no segundo trimestre de 2022, base para a remuneração do contrato.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$48.418 no segundo trimestre de 2023, em comparação a R\$75.190 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 35,61%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos no segundo trimestre de 2023 em comparação ao mesmo período de 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, os quais apresentam menores custos.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas informações contábeis intermediárias da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Geração

O segmento de geração apresentou um lucro líquido de R\$362.695 no segundo trimestre de 2023, em comparação ao lucro líquido de R\$148.733 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 143,86%.

Em função das condições hidrológicas do segundo trimestre de 2022, houve necessidade de maior volume de compra de energia para mitigação do risco hidrológico, para proteção contra exposição ao PLD. Com a melhora do cenário hidrológico no segundo trimestre de 2023, houve considerável redução da necessidade de compra de energia elétrica para risco hidrológico, favorecendo o lucro líquido do segmento de geração.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas informações contábeis intermediárias da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Comercialização

O segmento de comercialização apresentou um lucro líquido de R\$213.386 no segundo trimestre de 2023, em comparação ao lucro líquido de R\$153.703 no mesmo período de 2022, representando um aumento de 38,83%.

Receita de transações com energia

A receita líquida do segmento de comercialização foi de R\$1.908.694 no segundo trimestre de 2023, comparado a R\$2.249.054 no mesmo período de 2022, tendo uma redução de 15,13%.

Custo com energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.588.122 no segundo trimestre de 2023, comparado a R\$2.014.131 no mesmo período de 2022, representando uma redução de 21,15%. O menor custo com energia elétrica comprada para revenda deve-se, principalmente, pela redução do custo da energia elétrica por redução de preços do portfólio.

Desempenho do segmento de Participações e Holding

O resultado das coligadas e controladas em conjunto e da Holding é avaliado como um único segmento em linha com as estratégias de negócio da Companhia. O segmento de participações e holding apresentou, no segundo trimestre de 2023, um lucro líquido de R\$204.474, em comparação a R\$639.152 no mesmo período de 2022.

As demais variações nos resultados das investidas, que justificam os melhores resultados obtidos no segundo trimestre de 2023, estão apresentadas com mais detalhes na nota explicativa nº 14.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Governança Corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são designados pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice-Presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Para sustentar um modelo de governança corporativa bem estruturado, a Cemig segue as boas práticas e recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), fomentando uma relação de confiança e integridade com suas partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, a bolsa de valores de São Paulo.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30 de junho de 2023, reuniu-se 9 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

O Conselho de Administração é integrado por 11 (onze) membros efetivos, sendo 10 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conselho Fiscal

Reuniões

No período de janeiro a junho de 2023, foram realizadas 8 reuniões do Conselho Fiscal.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2022, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks* e Riscos de *Compliance*, vigente para o ciclo 2022/2023.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflito de interesses, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Tecnologia da Informação, Regulatório Institucional, Gestão ágil com segurança, Viabilizadores Corporativos, Participações e Financeiro.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e monitoramento de tratamento, identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e

propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seleto grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

Política de *Compliance* e Antifraude

A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de *Compliance* composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, empregados ou contratados.

O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Código de Conduta Cemig

Aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig em 18 de abril de 2022, o novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/06/2023

	Quantidade de ações em 30/06/2023					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
Outras Entidades do Estado	30.021	-	24.266.214	1,66	24.296.235	1,10
FIA Dinâmica Energia S/A	235.316.092	31,98	116.951.354	7,98	352.267.446	16,00
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
BlackRock	-	-	220.465.452	15,04	220.465.452	10,01
Outros						
No País	24.787.267	3,37	108.734.078	7,42	133.521.345	6,07
No Exterior	18.675.158	2,54	995.088.881	67,90	1.013.764.039	46,05
Total	735.847.624	100,00	1.465.523.064	100,00	2.201.370.688	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/06/2023

	30/06/2023	
	ON	PN
Controlador	375.031.302	17.085
Outras entidades do Estado	30.021	24.266.214
Conselho de Administração	-	109.976
Conselho Fiscal	-	30.179
Diretoria Executiva	14.947	4.419
Ações em tesouraria	102	846.062
Ações em circulação (<i>free float</i>)	360.771.252	1.440.249.129
Total	735.847.624	1.465.523.064

Relações com Investidores

A Companhia mantém um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas por meio de apresentações transmitidas via vídeo webcast, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; além de ter promovido videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos em março de 2023, pelo 28º ano consecutivo, o nosso tradicional “Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais”, onde os profissionais do mercado tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Henrique Motta Pinto
Diretor de Regulação e Jurídica

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor Cemig Geração e Transmissão

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 14 e 32 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, suas controladas e na investida Norte Energia S.A., que envolvem a investida e seus executivos e outros acionistas dessa investida. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7